Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Juliana de Almeida Moura Milani

Psicanálise e Feminismo: Uma Discussão Acerca do Conceito Freudiano de Feminilidade

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Breno Sanvicente Vieira
Co-orientadora: Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes

Rio de Janeiro,
abril de 2024

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Juliana de Almeida Moura Milani

Psicanálise e Feminismo: Uma Discussão Acerca do Conceito Freudiano de Feminilidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Breno Sanvicente Vieira

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes

Co-Orientadora

Pesquisadora Autônoma

Profa. Daniela Romão Barbuto Dias

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Simone Perelson

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e dos orientadores.

Juliana de Almeida Moura Milani

Graduou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2015. Possui Especialização em Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2019. Graduanda em Filosofia na Universidade Federal Fluminense.

Ficha Catalográfica

Milani, Juliana de Almeida Moura

Psicanálise e feminismo : uma discussão acerca do conceito freudiano de feminilidade / Juliana de Almeida Moura Milani ; orientadora: Maria Isabel de Andrade Fortes. – 2024.

105 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2024.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Feminilidade. 3. Feminismo. 4. Psicanálise. 5. Sigmund Freud. I. Fortes, Maria Isabel de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

A Janete, Heny, Jaqueline, Mariana e Amanda.

Agradecimentos

À minha orientadora, Maria Isabel Fortes, por todo o aprendizado, pelas contribuições fundamentais para a construção da pesquisa e escrita da dissertação, pela sensibilidade nos ensinamentos e incentivo nas orientações durante todo o percurso do mestrado.

À professora Kenia, pelo estímulo e confiança, por ter proporcionado um aprendizado muito rico no estágio em docência.

À professora Diana, pelas grandes contribuições a essa trajetória acadêmica enquanto professora e supervisora.

À minha mãe por todo o suporte fundamental que tornou possível o nascimento deste trabalho e a toda a minha família pelo enorme apoio

À amiga Maria Fernanda pela escuta afetuosa, acolhimento e pela torcida.

À Daniela Lima pela leitura cuidadosa e apoio técnico essencial ao fim deste percurso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Milani, Juliana de Almeida Moura; Vieira, Breno Sanvicente; Fortes, Maria Isabel de Andrade. **Psicanálise e Feminismo: Uma discussão acerca do conceito freudiano de feminilidade**. Rio de Janeiro. 2024. 105 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação realiza uma leitura do conceito de feminilidade na teoria freudiana à luz de uma perspectiva feminista. Compreende-se que este conceito -considerando sua complexidade e relação com o corpo teórico da psicanálise - carrega importantes aspectos do pensamento freudiano sobre a mulher. Esta incursão é feita abrangendo tanto aspectos inovadores como aspectos conservadores da teoria. Investiga-se tais constructos através de uma discussão entre psicanálise e feminismo, cujo objetivo é questionar a misoginia presente no campo do conhecimento e abrir espaço para o olhar a partir da epistemologia feminista. Inicialmente, analisa-se a forma como a psicanálise se situou quanto às políticas feministas de sua época, as rupturas e convergências da psicanálise em relação ao seu contexto histórico e cultural de origem. Conjuntamente, apresenta-se os marcos da história da opressão das mulheres desde seu surgimento ao século XIX, e sua influência na produção de conhecimento. Parte-se da noção de que pensar o local e momento da construção de uma ciência, bem como interpretações múltiplas, é o que permite uma análise crítica mais rigorosa. Posteriormente à contextualização histórica, aprofunda-se a discussão conceitual desde os estudos sobre a histeria e os escritos freudianos sobre cultura e sexualidade - antecedentes importantes para a construção do conceito de feminilidade. Por fim, apresenta-se a noção de feminilidade a partir da teoria feminista, situando as mulheres enquanto sujeitos desta discussão, introduzindo o patriarcado como um componente político necessário a ser considerado para o debate acerca da subjetividade feminina.

Palavras-chave

Feminilidade; Feminismo; Psicanálise; Sigmund Freud

Abstract

Milani, Juliana de Almeida Moura; Vieira, Breno Sanvicente; Fortes, Maria Isabel de Andrade. **Psychoanalysis and Feminism: A discussion on the Freudian concept of femininity.** Rio de Janeiro. 2024. 105 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation performs a reading of the concept of femininity in Freudian theory in the light of a feminist perspective. We understand that this concept – considering its complexity and relation with the theoretic body of psychoanalysis – carries important aspects of Freudian thought on women. This incursion is done taking into account innovative as well as conservative aspects of that theory. We investigate such constructs through a discussion between psychoanalysis and feminism, whose aim is to question the misogyny present in that field of knowledge and to open space for a perspective oriented by feminist epistemology. Initially, we analyze how psychoanalysis has placed itself with regards to feminist policies of its time, the breaches and convergencies of psychoanalysis in relation to its historical and cultural context of origin. Additionally, we present the hallmarks of the history of the oppression of women since its rise in the 19th century, and its influence in the production of knowledge. We start from the notion that to think about the place and time of the development of a science, as well as its multiple interpretations, is what allows a more rigorous critical analysis. After this historic contextualization, we deepen the conceptual discussion by mobilizing studies on hysteria and Freudian writings on culture and sexuality – important antecedents to the construction of the concept of femininity. Lastly, we present the notion of femininity in feminist theory, placing women as subjects of this discussion, and introducing patriarchy as a political component that needs to be accounted for in the debate regarding feminine subjectivity.

Keywords

Femininity; Feminism; Psychoanalysis; Sigmund Freud

Sumário

INTRODUÇÃO.....9

1 FREUD, AS MULHERES E A CRIAÇÃO DA PSICANÁLISE.....13

1.1 Entre continuidades e rupturas o porvir da psicanálise no final do século XIX.....14

1.2 Anatomia é destino? Corpo feminino e a misoginia 21

1.3 Das bruxas às sufragistas: a construção do ideal de feminilidade.....27

2 O FENÔMENO DA HISTERIA: A DESCOBERTA DO CORPO PULSIONAL 35

2.1 O corpo na histeria.....35

2.2 O Caso Dora revisitado: olhar da psicanálise pós-freudiana.....43

3 A NOÇÃO FREUDIANA DA FEMINILIDADE.....54

3.1 A noção de feminilidade: cultura e teoria da sexualidade na psicanálise.....56

3.2 Feminilidade e a construção do pensamento sobre a mulher na psicanálise.....63

3.3 Esboços sobre o feminino e o masculino.....65

3.4 Feminilidade e o pensamento sobre a mulher.....71

4 FEMINILIDADE E TEORIA FEMINISTA.....80

4.1 A dimensão política da opressão às mulheres.....87

4.2 Feminilidade raça e classe.....90

4.3 Patriarcado e existência lésbica.....95

4.6 Feminilidade e a psicologia do oprimido.....96

CONCLUSÃO.....99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....101

Introdução

O estudo comparativo do conceito de feminilidade na psicanálise e na teoria feminista abarca, além da investigação de divergências e convergências, uma análise de conjuntura mais ampla. O surgimento da psicanálise ao final do século XIX foi contemporâneo ao movimento pelo sufrágio feminino. Investiga-se neste trabalho quais são as implicações desta matriz cultural compartilhada entre o movimento de mulheres e a psicanálise. Propõe-se, então, analisar a criação inicial da psicanálise com ênfase na conjuntura da qual se originou considerando que, neste contexto, a questão da mulher já se fazia presente no discurso social através de uma mobilização política relevante.

Algumas perguntas a serem tratadas aqui são: Como a psicanálise se situou quanto às políticas feministas de sua época? Como este cenário cultural comum influenciou no surgimento de ambos os movimentos? Embora não tenha ocorrido um diálogo direto de Freud com o movimento de mulheres, notam-se algumas tendências similares para além de divergências marcantes. O movimento sufragista na Europa do séc. XIX centrava-se, além da questão do voto, em melhores condições de trabalho, reforma do direito matrimonial e acesso à educação formal. Paralelamente, Freud estava investigando o fenômeno da histeria e debruçando-se sobre o sofrimento psíquico que acometia suas pacientes mulheres.

Propõe-se abordar este cenário pela perspectiva do conhecimento historicamente situado, tal qual formulada por Dona Haraway (1988). A cientista e feminista, ao propor a noção de conhecimento situado baseou-se no fato de que a priori não há neutralidade no saber. Uma vez que determinado pensamento surge dentro de uma comunidade, será inevitavelmente afetado pela cultura. Pensar o local e momento da construção de uma ciência, bem como interpretações múltiplas, é o que permite uma análise crítica. Haraway (1988) afirma que desta forma é possível construir critérios mais confiáveis para pensar sobre a validação de um saber. Considerar que o contexto cultural é relevante para sua construção possibilita um entendimento mais profundo daquele conhecimento.

Portanto, tem-se como finalidade observar pontos de continuidade e descontinuidade entre a psicanálise e o contexto cultural de origem, assim como

pontos de ruptura e ligação entre psicanálise e o discurso feminista da época. Um dos critérios mais importantes para esta pesquisa é que a compreensão conceitual ocorra de forma articulada ao corpo teórico maior do campo investigado. Freud, na conferência "Psicanálise e Psiquiatria ([1916-1917]1996), conversa sobre seu trabalho com seus interlocutores e atenta para o fato de que no decorrer de suas investigações, mudou de opinião inúmeras vezes, inclusive, em pontos muito relevantes da teoria. O que Freud escreve sobre a atitude de seus críticos ainda é legítimo para as discussões contemporâneas a respeito da psicanálise:

> Algumas pessoas jamais tomaram conhecimento de quaisquer de minhas autocorreções, e continuam, até hoje, a criticar-me por hipóteses que, para mim, há muito cessaram de ter o mesmo significado. Outros me reprovam justamente por estas modificações, e, por causa delas, consideram-me indigno de confiança. (Freud, [1916-1917]1996, p. 253)

O conceito de feminilidade na psicanálise, por exemplo, os estudos sobre sexualidade feminina e os temas subjacentes, também passaram por diversas transformações. Freud revisitou o tema no decorrer de sua obra de forma recorrente, por isso, propõe-se nesta investigação uma análise que abarque as transformações e seu significado de acordo com diferentes momentos do desenvolvimento teórico da psicanálise. Um dos textos mais emblemáticos a respeito da questão das mulheres na obra freudiana é, justamente, o artigo sobre a feminilidade, um dos últimos escritos a respeito do tema.

Nesta conferência, Freud ([1933]1996) esclarece que a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher, mas como a mulher se forma. O que se quer dizer com isso é que o conceito de feminilidade tenta dar conta de descrever o processo de desenvolvimento da mulher em sua relação com o próprio desejo, o percurso de subjetivação da mulher. Sabe-se que as conclusões as quais chega neste trabalho são fruto de uma investigação que já se inicia em *Estudos sobre a Histeria* ([1893-1895]1996), perpassa os escritos sobre sexualidade infantil e se apresenta até o final de sua obra como em "Análise do Terminável e Interminável" ([1937]1996) onde a questão é retomada.

Considera-se, porém, que as problemáticas a respeito da mulher na psicanálise, apesar de tantas investigações, não só permaneceram inconclusivas como tomaram aspecto de enigma. O que pode parecer até mesmo contraditório tendo em vista os vastos estudos teórico-clínicos desenvolvidos por Freud acerca do tema. Kehl (2016) questiona a construção de um invólucro de mistério na teoria freudiana em relação às mulheres. A psicanalista considera que a confissão de ignorância de Freud em torno do tema que muito estudou trata-se menos de ausência de conhecimento e mais de uma denegação: "pretendo lançar uma indagação sobre o lugar das mulheres no desejo de Freud, sem a pretensão de psicanalisar o criador da psicanálise" (Kehl, 2016, p.16).

Não se pretende neste momento adentrar na questão de uma denegação de Freud sobre o feminino no intuito de confirmá-la ou refutá-la. No entanto, nos pode ser útil, como colocado pela autora, manter uma indagação sobre o caráter "insolúvel" do mistério. Ela afirma que: "a cada vez que um psicanalista, depois de Freud, sustentar que existe algo impossível de desvendar sobre o querer das mulheres, devemos lhe responder como Sócrates: indaga-te a ti mesmo" (Kehl, 2016, p. 16). Recoloquemos a questão da mulher para a psicanálise e para os psicanalistas de forma que possam se implicar em suas próprias indagações sobre o suposto enigma da feminilidade.

Segundo Kehl (2016), Freud caminha na direção de uma progressiva decepção a respeito das "possibilidades de produzir uma relação menos infeliz entre as mulheres e seu "destino", a feminilidade" (Kehl, 2016, p.15). Essa questão nos é muito cara, pois trata-se de pensar as vicissitudes da clínica freudiana com mulheres. O propósito deste trabalho de revisão bibliográfica é retomar criticamente as questões postas por Freud e refazer este percurso, discutir sobre as possibilidades de cura para as mulheres através da psicanálise bem como seus limites.

Como Beauvoir ([1949]1960) afirma em *O Segundo Sexo*, a mulher não é definida em si mesma, porém em relação ao homem e através do olhar deste. Nesta lógica, a condição de sujeito lhe é negada. "Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial: não é o outro definindo-se como Outro define Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um." (Beauvoir, [1949]1960, p.12). O ideal de superioridade masculina baseia-se na exclusão das

mulheres da categoria de humanidade e sua realocação na categoria de objeto-outro. A posição da mulher como enigma na psicanálise parece obedecer a mesma lógica da "outrificação" das mulheres na cultura.

Nota-se nos textos freudianos existem afirmações a respeito da condição social das mulheres que demonstram com clareza que ele não estava alheio a isto, porém tais afirmações parecem se perder no decorrer de sua obra. Em *Feminilidade* ([1933]1996), ele diz: "Devemos, contudo, nos acautelar nesse ponto, para não subestimar a influência dos costumes sociais, que, de forma semelhante, compelem as mulheres à situação passiva" (Freud, [1933]1996, p. 116). É evidente, porém, que não houve a atenção devida à "influência dos costumes sociais" em sua análise sobre a feminilidade.

Neste trabalho, pretende-se explorar esta questão pouco desenvolvida na teoria com o objetivo de ampliar o debate. No primeiro capítulo foi realizado um panorama histórico da psicanálise e do feminismo. Foram investigados seus pontos de aproximação e distanciamento, igualmente, a relação destes saberes com os pilares culturais de seu contexto histórico. No segundo capítulo, foi abordado o fenômeno da histeria e a descoberta do corpo pulsional pela psicanálise, procurou-se destrinchar as primeiras ideias freudianas acerca da feminilidade e o lugar do corpo na teoria.

O terceiro eixo refere-se à noção de feminilidade propriamente dita na teoria freudiana. A análise da noção de feminilidade é realizada com ênfase no pensamento sobre a mulher na teoria freudiana e quais os desdobramentos e inovações teóricas são construídas a partir dela. No quarto capítulo são apresentadas as questões postas pela teoria feminista incluindo uma dimensão social e política a ser explorada na discussão.

1
Freud, as mulheres e a criação da psicanálise

Há de se considerar que manter algumas questões em aberto é uma condição fundamental para o desenvolvimento da psicanálise enquanto saber. O potencial dos avanços da psicanálise enquanto campo do saber está na abertura para novas vertentes de compreensão do homem. A ética psicanalítica de pesquisa não se baseia em um sistema fechado, logo, não se compreende enquanto um saber absoluto. Concebendo que a situação da mulher na sociedade é constantemente mutável de acordo com momentos históricos, é contraditório do ponto de vista psicanalítico e histórico que a reflexão sobre o tema seja estanque.

Deve-se igualmente questionar a linha que separa o enigma do dogma. Thais Becker de Campos (2021), ao descrever a relação entre dogma e saber, aponta que o dogma traz certa segurança, permite confiar em determinado saber, pois não importa o que aconteça, as coisas são como são. Para Campos (2021), o dogma não abre possibilidade para transformação e para a crítica: ou se acata ou se descarta. Ao manter o feminino nesta categoria, mais se tem encerrado discussões do que se tem indagado e avançado o conhecimento sobre o tema. O mistério deixa de impulsionar questões e transforma-se em uma verdade inquestionável.

Em seu artigo *Feminilidade*, Freud ([1933]1996) finaliza revelando que considera sua explanação teórica incompleta e fragmentária. Embora haja o apontamento sobre uma grande dúvida, há também uma expectativa de descobertas futuras. Em suas conclusões, afirma que: “Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem a própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e coerentes” (Freud, [1933]1996, p. 134).

O aspecto principal desta discussão, portanto, implica em olhar para aquilo que foi construído, o que já se sabe sobre as interrogações postas por Freud desde o momento em que surgiram e colocar este saber em evidência. É frequente a propagação errônea de que o feminismo surgiu após a psicanálise e que no tempo de Freud não havia algum pensamento feminista, ainda que incipiente. Como citado anteriormente, existia um forte debate protagonizado pelas primeiras sufragistas na

Europa ao final do século XIX. A análise crítica da obra freudiana pelo ponto de vista feminista não é, portanto, anacrônica.

Serão abordados neste capítulo dois tópicos: o contexto político e os direitos das mulheres em Viena no século XIX e, posteriormente, o fenômeno da histeria e a criação da psicanálise. O estudo sobre a histeria foi um importante catalisador para o estabelecimento da psicanálise enquanto saber independente do saber médico. O tema da histeria consegue trazer à tona tanto o debate sobre a questão da mulher como também outro problema central daquele período: a discussão científica a respeito da patologia histérica e os conflitos entre diferentes paradigmas para se pensar o adoecimento das pacientes.

1.1 Entre continuidades e rupturas: o porvir da psicanálise ao final do século XIX

Proponho aqui descrever um breve panorama da paisagem política e cultural de Viena em paralelo ao desenvolvimento da psicanálise. Observa-se, através da perspectiva do conhecimento situado (Haraway, 1988), como o panorama político desenha condições para o surgimento do saber psicanalítico e das políticas feministas. Esta influência se manifesta quando as circunstâncias históricas impulsionam um movimento, seja em sua oposição ao estado das coisas ou em continuidade às tradições. Além disto, observa-se o modo como Freud se situava dentro deste cenário.

Em "*Viena, Áustria: notas sobre o contexto de emergência da psicanálise*", Winograd & Klautau (2014) apontam que o período da modernidade vienense entre 1850 e 1910 foi permeado por diversas crises políticas. O prelúdio dessas crises se inicia em 1848, com a ascensão de Francisco José ao trono. O império Austro-Húngaro era composto por diversos povos de diferentes nacionalidades sob o domínio da Áustria. O movimento liberal em Viena tinha a promessa de libertação e autonomia de nacionalidades, porém o seu fracasso trouxe um levante de políticas reacionárias. Sua meta principal seria substituir a aristocracia no poder e se estabelecer enquanto classe dominante.

A derrocada do Império após a derrota militar da Áustria para a Prússia em 1866 possibilitou que, através do exército de Bismarck, os liberais chegassem ao poder, a princípio, dividindo-o com a aristocracia. A ascensão do liberalismo acompanhou um cenário de estratificação social e crise habitacional. Nos anos de 1880, o operariado vienense ainda estava sujeito ao regime semanal de sete dias, dez horas por dia. Mulheres, homens e crianças trabalhavam lado a lado (Winograd & Klautau, 2014, p. 201). Nessas condições, os trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos pela reivindicação de direitos e participação política.

Considera-se que a subida do liberalismo ao poder se deu através da manutenção de dispositivos antidemocráticos herdados da aristocracia, como o veto ao voto das classes populares e ao voto feminino. Em paralelo à divisão de classes socioeconômicas, as organizações políticas mais poderosas se formavam canalizando anseios de diferentes camadas da sociedade. O cenário da disputa entre liberais e conservadores, que durou até os anos 1890, começou a mudar na medida em que estratos sociais mais pobres promoviam forças contrárias às antigas elites. Do operariado surgira o socialismo, do campesinato e da classe média baixa nasceram o nacionalismo e o socialismo cristão.

As principais tendências políticas passaram a dividir-se entre o Partido Social-Democrata e o Partido Social-Cristão. O Partido Social-Democrata foi liderado por Victor Adler, um líder socialista aliado à causa trabalhadora que conseguiu canalizar as aspirações do proletariado organizado; porém, o partido abrangia grupos políticos mistos. Adler conseguiu mediar, através da convergência entre ideias de razão e progressismo, um grupo de liberais junto aos trabalhadores. Enquanto isso, o Partido Social-Cristão, liderado por Karl Lueger, defensor de uma política conservadora e antissemita, conseguiu canalizar as insatisfações da população “espremida entre o *big business* e o trabalhismo organizado” (Winograd & Klautau, 2014, p. 201).

Karl Lueger foi um dos impulsionadores do nazismo em Viena e na Áustria como líder do Partido Social Cristão. Em 1895, ele é eleito presidente da câmara de Viena. Inicialmente, não pôde tomar posse devido ao veto imperial, porém em 1897 assumiu o cargo de prefeito que viria a ocupar durante treze anos. Embora este fato tenha sido influente, o processo de nazificação da Áustria foi lento e as ofensivas nazistas já ocorriam muito antes da eleição de Lueger. O preconceito racial e o ódio nacional que se julgavam dissolvidos, ou ao menos controlados pela razão e pelo

domínio da lei, ressurgiam com um impacto assustador (Winograd & Klautau, 2014).

Em relação à psicanálise, a hostilidade da comunidade acadêmica e médica já era presente quando Freud iniciara os estudos psicanalíticos e ele tinha pouco prestígio neste meio. Embora tenha conquistado uma importante bolsa de estudos para Paris em 1885 e uma nomeação para um hospital universitário, ele obteve poucas oportunidades no Hospital Infantil de Viena, ao qual esteve associado por uma década (Schorske, 1981). Segundo Schorske (1981), uma das maiores frustrações profissionais de Freud se deveu a, depois de dezessete anos de espera, não ter recebido uma cátedra na Universidade.

Apesar das frustrações terem levado a certo isolamento profissional, seu pensamento tornava-se cada vez mais original e a psicanálise, aos poucos, diferenciava-se do paradigma científico médico, ganhando um estatuto científico próprio. Devido à progressão do nazismo, as oportunidades acadêmicas tornaram-se mais difíceis para os judeus. Em 1897 Freud uniu-se a B'nai B'rith, uma organização judaica, como um refúgio acolhedor, onde foi aceito sem dificuldades como pessoa e respeitado enquanto cientista (Schorske, 1981, p. 186). No ano de 1938, quando a Áustria é anexada a Alemanha nazista, Freud se muda de Viena para refugiar-se em Londres.

Foram inúmeras as obras de Freud dedicadas a refletir sobre as políticas de seu tempo. Seja direta ou indiretamente, o nazismo, o terror da guerra, a morte, reverberaram na obra freudiana em diversos de seus trabalhos**.** *O Mal-estar na Civilização* ([1929] 1996), *Por que a Guerra* ([1933]1996), *Reflexões para os Tempos de Guerra e de Morte* ([1915]1996), *Psicologia das Massas e Análises do Ego* ([1921]1996), *Totem e Tabu* ([1913]1996) são alguns exemplos dos textos que trazem profundas investigações e reflexões sobre sociedade, política e cultura. O próprio trabalho em torno da histeria tem um viés crítico à sociedade e à cultura, tal qual toda a teoria sobre a sexualidade.

A imagem do pensador apolítico, construída ao longo dos anos e atrelada à imagem do psicanalista imparcial, não condiz com a vida e a obra de Freud, que não apenas foi um pensador da política, como também um agente, não tendo sido de forma alguma estranho às desigualdades sociais. Em setembro de 1918, no V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste, poucos meses antes do fim da

Primeira Guerra, Freud reunira psicanalistas para discutir as instituições ou clínicas ambulatoriais nas quais o tratamento seria gratuito. Em seu discurso proclamou que:

> É possível prever que a consciência da sociedade irá se despertar, e fará com que se lembrar-se-á de que o pobre deve ter tanto direito a assistência para sua mente quanto dispõe agora do auxílio oferecido pela cirurgia a fim de salvar a sua vida; de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos que a tuberculose e tampouco podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. (Freud, [1918]1996, p. 180)

Nota-se que Freud estava longe de ser alheio às questões sociais. Ele próprio, enquanto judeu vivendo no período de ascensão do nazismo, era diretamente impactado por todo esse contexto – sua oposição pessoal ao nazifascismo, tal qual a crítica psicanalítica ao totalitarismo, são explícitas. Porém, foi cauteloso em evitar que a psicanálise ficasse associada a algum espectro político específico, não poupando críticas ao pensamento marxista e aos comunistas também. Categorizar a psicanálise como movimento pertencente a uma determinada corrente política extrapola os posicionamentos de Freud.

É inegável, contudo, que a psicanálise seja atravessada por uma consciência de sociedade e uma inclinação progressista de contornos humanistas. Faremos esta incursão sobre a psicanálise compreendendo suas facetas inovadoras e as conservadoras. Propõe-se identificar as principais tradições de pensamento influentes nas concepções de Freud sobre o sujeito e o feminino.

O jovem Freud (1856-1939), como se sabe, nasceu em uma tradicional família judia. Vivendo em uma metrópole, Freud teve uma vida cultural e intelectual muito rica, estudou em uma das maiores universidades de medicina do mundo: a Faculdade de Medicina da Universidade de Viena.

Em sua formação enquanto médico, especializou-se em neurologia; no entanto, seu estudo sobre os fenômenos histéricos superaram em muito os conhecimentos médicos de seu tempo e as possibilidades apresentadas pela medicina para o tratamento destes pacientes. A construção de uma explicação sobre esses fenômenos deu início a um sistema de saber singular. Freud pôde ver para além do corpo orgânico da histeria.

O questionamento que Freud promoveu em relação ao saber médico também implicou em abrir mão do monopólio da palavra sobre o adoecimento e escutar o que diz o doente. Roudinensco (2016) aponta que esta mudança marca uma saída de Freud do organicismo do século XIX e o resgate da noção de subjetividade que ganha uma nova significação.

Na medida em que se percebe a singularidade do saber psicanalítico, notam-se suas influências: as ideias iluministas e o idealismo alemão, por exemplo, foram uma delas. A complexidade do sujeito psicanalítico se manifesta pela "convergência do racional, guiado pela consciência, e do irracional, inapreensível pela razão, mas que sempre se impõe" (Campos, 2021, p.77). Ao traçar em retrospecto os pontos de continuidade e ruptura entre psicanálise e as tradições filosóficas anteriores também se pode identificar quais são os contornos que a misoginia adquire dentro de diferentes sistemas de conhecimento.

Campos (2021), ao investigar a simbologia da maternidade na teoria psicanalítica, chega aos pontos comuns da psicanálise com ideais iluministas. Tais ideais, que tiveram sua ascensão no século XVIII e atravessaram o pensamento do século XIX, se sustentavam na noção do progresso pela via da razão, ideais igualitários e justiça. Porém, do ponto de vista político, isto não se estendeu às mulheres.

A lógica de dominação que regia as relações entre homens e mulheres apenas foi reformulada para se adequar à doutrina, uma vez que as justificativas tradicionais poderiam ser questionadas à luz do novo paradigma da igualdade. A justificativa baseada em uma inerente inferioridade se deslocou para um ideal de função, divisão de papéis e complementariedade baseado na morfologia dos corpos. Na passagem a seguir, Rousseau ([1762]1995) afirma qual é o papel social da mulher:

> Assim, toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. [...] faz com que gostem de seu sexo, que sejam honestas, que saibam cuidar de seu lar, ocupar-se com sua casa; [...] a obediência que deve ao seu marido,

> a ternura e os cuidados que deve a seus filhos, são consequências tão naturais e tão sensíveis de sua condição. (Rousseau, [1762]1995, p. 433)

O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau afirmava que havia um papel relegado à mulher por sua natureza: a função de mãe e esposa. Campos (2021) identifica que o criador da psicanálise, a despeito de ter um olhar cru e pessimista ao tratar das questões do ser humano, manteve e reproduziu uma visão romântica do feminino e da maternidade. É possível traçar um paralelo entre a sua perspectiva e uma herança cultural patriarcal. Embora Freud nunca tenha postulado de forma tão categórica o que deveria ser a função de uma mulher, a ideia de que a "anatomia é o destino" (Freud [1924]1996, p. 197), bem como a sua teorização sobre a feminilidade, a romantização do lugar de esposa e mãe, refletem noções bastante comuns a tradições patriarcais.

Porém, o patriarcado é uma estrutura que atravessa milênios e constituiu as relações entre homens e mulheres e o modo de pensá-las. Os antecedentes da ideologia patriarcal na psicanálise ou no pensamento científico não estão em uma tradição filosófica específica. O iluminismo é apenas um exemplo de uma influência. A misoginia presente na construção de sistemas teóricos, filosóficos, científicos se constitui no tecido das relações de poder. Neste sentido, faz-se fundamental analisar de que modo àquilo que se apresenta no plano teórico se manifesta no campo material e político, uma vez que, tal configuração não é natural e inata, mas foi construída.

Veremos que mesmo em contextos de revolução social ou de mudança de paradigma do pensamento a dominação sobre as mulheres se mantém e se renova, e em diferentes situações históricas e geográficas, este poder se constitui. Falaremos sobre a revolução francesa para apresentar o cenário pré-feminista das lutas que antecederam a chamada "primeira onda". Depois, em retrospectiva, serão apresentados períodos históricos anteriores.

A Revolução Francesa, o maior acontecimento histórico do século XVIII, teve uma massiva participação feminina. Mulheres de diferentes esferas sociais, mulheres do povo, operárias de tecido, lojistas, feirantes que são as primeiras a reagirem a miséria bem como mulheres oriundas da pequena burguesia que se

interessavam por política e assistiam as assembleias populares (Badinter, [1983]2003). Entre as participantes esteve presente Marie Gouze (1748–1793), nascida em Montauban, filha de um açougueiro e de uma lavadeira e desde cedo queria ser escritora. Mudou-se para Paris em 1770 e lá adotou o nome pelo qual ficou conhecida, Olympe de Gouges (Grubba & Monteiro, 2017).

Em resposta à Declaração do Homem e do Cidadão de 1789, escreve *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã,* em 1791. O documento possuía 17 artigos sobre justiça e liberdade das mulheres. Sua apresentação inicial diz: "Homem, tu és capaz de ser justo? É uma mulher quem te faz a pergunta; tu não a privarás desse direito. Dize-me! Quem te deu a soberana supremacia de oprimir meu sexo? Tua força? Teus talentos?" (De Gouges, [1791]2019, p. 184). O posicionamento político de Gouges causou revolta nos líderes da Revolução e ela foi guilhotinada em 1793.

Evidentemente que os ideais propagados durante a dita Era da Razão não incluíram mulheres, nem tampouco povos não-europeus, uma vez que a narrativa sobre os avanços na Europa desde o Renascimento ocultou o processo de invasão e massacre de outros povos nas circunstâncias da colonização. As táticas de desumanização, bem como a ideologia instrumentalizada para a dominação das mulheres na Europa, possuem semelhanças com aquelas utilizadas na colonização. Este tópico será retomado no quarto capítulo.

Assim como para Olympe de Gouges, para muitas mulheres o preço a se pagar pela resistência foi a própria vida. A indignação das mulheres, porém, continuou e os movimentos de oposição à supremacia masculina seguiram crescendo. Insatisfeitas com a não inclusão na categoria de cidadão, atuantes no processo revolucionário e ao mesmo tempo excluídas do progresso advindo dele, mulheres se lançaram em lutas em busca de liberdade. Este período ficou conhecido na historiografia como período pré-feminista e antecedeu a luta das sufragistas. O que está latente tanto na situação da Revolução Francesa como na luta pelo sufrágio é a domesticação como forma de dominação.

A dominação das mulheres e o papel designado a elas não foi uma ideia criada no século XVIII: a construção sobre a mãe e a esposa datam desde a Antiguidade. O que se mostra na análise que acabamos de realizar é que mesmo pensamentos revolucionários podem carregar resquícios de misoginia ou operar ativamente para criação de novas táticas de controle. O resgate histórico feito acima

tem por objetivo contextualizar o saber psicanalítico para melhor compreender quais são os atravessamentos e a herança cultural a que se referem construções baseadas em valores patriarcais. No que se segue, traçaremos um breve panorama dos primórdios do patriarcado para entender sua evolução no curso da história até chegarmos na configuração do século XIX.

1.2 Anatomia é destino? Corpo feminino e misoginia

Em sua pesquisa sobre a origem do patriarcado, a historiadora Gerda Lerner ([1986]2019) propõe investigar como e por que a submissão feminina passou a existir, a começar por questionar as teorias tradicionalistas que a justificam. A autora categoriza dois tipos de argumento: o religioso e o científico. O argumento religioso se alicerça na ideia de que Deus fez a mulher de determinada maneira com uma função biológica diferente daquela do homem e é natural que lhes sejam atribuídos papéis diferentes. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho e a exploração feminina é justificada por determinação divina. Segundo essa perspectiva, a capacidade reprodutiva define o lugar social de subordinação da mulher e a maternidade como a sua maior meta.

A naturalização da condição de opressão também ganhou outras versões, com destaque para o argumento que se utiliza de uma suposta superioridade biológica do homem que se enraizou profundamente nas ciências. Tal discurso se baseia na noção de uma superioridade física e de habilidades calcada na figura pré-histórica do homem caçador: o homem, mais forte, ocuparia a posição de poder, e a mulher, devido à diferente biologia e à capacidade reprodutiva, destina-se à maternidade e ao cuidado com o outro. Sabe-se, hoje, que não existem evidências para sustentar essa teoria e que, na realidade, os estudos antropológicos sobre as sociedades pré-históricas de caçadores-coletores mostram outra configuração, a começar pela divisão rígida das funções: “Na maioria dessas sociedades a caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais, que mulheres e crianças executam” (Lerner, 2019, p. 44).

Além disto, em sociedades pré-históricas a assimetria sexual não era sinônimo de desigualdade de poder, pois ambos os sexos eram fundamentais para a sobrevivência do grupo e as mulheres – embora pudessem ter funções diferentes –

não possuíam status inferior. O caráter supostamente científico e a justificativa não apenas calcada na natureza, mas também em argumentos sócio-biológicos, deram a tal visão um status pseudocientífico maior que tornou tal justificativa, como diz Lerner, bastante resiliente.

Assim, justifica-se que a restrição da mulher ao papel materno seria um elemento necessário à sobrevivência humana. e sua exclusão da oportunidade educacional e econômica, ou seja, da vida pública, estaria determinada biologicamente. “Menstruação, menopausa e até gravidez eram vistas como debilitantes, doenças ou condições anormais, que incapacitavam as mulheres e as tornavam de fato inferiores” (Lerner, 2019, p. 45). A autora aponta que tanto a psicologia moderna como a psicanálise tiveram um papel em reforçar a explicação tradicionalista, a despeito de reconhecer que em alguns aspectos a psicanálise contribuiu para estudos feministas. Porém, a observação dos papéis dos sexos sem a consideração histórica adequada reforça o argumento tradicionalista, tornando-se uma forma de racionalizá-lo e justificá-lo.

Existem posições teóricas diferentes em oposição ao argumento tradicionalista que negam uma universalidade do patriarcado, como a explicação maternalista e a econômico-marxista. Não serão aprofundadas as críticas a tais explicações aqui, pois interessa explorar a hipótese de trabalho da autora.

Quando se fala em “origem” do patriarcado, costuma-se buscar delimitar uma causa única. Essa perspectiva dificulta acessar uma hipótese mais realista sobre o desenvolvimento do patriarcado. Segundo Lerner, a pergunta deve ser deslocada para a questão: “Como os homens e mulheres, na criação da sociedade e na construção do que chamamos de civilização ocidental, chegaram à situação atual?” (Lerner, 2019, p. 65). A hipótese proposta pela autora busca dar historicidade ao sistema de dominação e romper com a tradição, compreendendo, porém, que eventos que ocorrem de modo simultâneo não possuem relação causal entre si. Deve-se levar em consideração que não é possível averiguar todos os dados que se tem, embora seja possível obter algumas evidências. Por isso existem muitos modelos explicativos diferentes. A importância da atividade especulativa está na possibilidade de repensar o estado presente da condição de vida das mulheres. A abordagem de Lerner possui um diferencial em relação às outras, uma vez que evita conclusões categóricas, mantendo assim pequenas aberturas interpretativas. Da

mesma forma, critica as leituras anacrônicas, seja de visões tradicionalistas e universalistas, seja de concepções contrárias à explicação universalista.

Voltemos à pré-história, quando os hominídeos evoluíram de primatas: o principal distintivo entre aqueles e estes estria na relação mãe-filho, em decorrência do bipedismo. O estreitamento da pelve feminina e a postura ereta fez com que bebês humanos nascessem em estado mais imaturo e com características mais vulneráveis e, portanto, completamente dependentes. Lerner postula que "dos hominídeos eretos aos seres humanos plenamente desenvolvidos da Era Neanderthal ou Idade da Pedra (100 mil anos a.C.), o papel das mulheres foi fundamental." (Lerner, 2019, p.69).

Em sua análise do período Paleolítico e Neolítico, demonstra-se que, nas organizações sociais existentes, ainda que existisse uma divisão sexual do trabalho extremamente atrelada à biologia e à sobrevivência da tribo, não se assemelham em nada com a ficção dos tradicionalistas que narram as mulheres tribais do paleolítico e neolítico devido aos seus papéis como donas de casa. Lerner esclarece que é estritamente neste período histórico que se pode admitir uma explicação biológica para a divisão sexual do trabalho.

Entretanto, as atividades desenvolvidas pelas mulheres eram tão fundamentais como aquelas desenvolvidas pelos homens. Os papéis criados pelo imaginário social não condizem com as evidências encontradas sobre essas sociedades onde, por exemplo, a caça de animais pequenos era também desempenhada por mulheres e crianças, consistindo na principal atividade de caça, em comparação com a caça de animais de grande porte, que era uma atividade secundária.

A função materna como organizadora da divisão sexual do trabalho era funcional. Por exemplo, um dos motivos pelos quais as mulheres não poderiam participar de caças maiores possivelmente se devia ao fato de estarem sobrecarregadas com o peso dos filhos na barriga ou nas costas. A partir do momento em que as instituições da civilização se colocam entre essa relação – cobertores, quartos aquecidos, legislações voltadas para proteção social do bebê (Lerner, 2019) –, a função materna e a divisão sexual do trabalho não estão mais baseadas na biologia. O homem moderno não vive em estado natural, tendo se afastado deste por meio da cultura, porém para alguns as mulheres devem permanecer vivendo presas à sua natureza biológica.

Observando as evidências e pistas sobre o desenvolvimento do patriarcado pode-se considerar processos bem distintos na história da civilização no que diz respeito à atribuição de papéis sexuais. Por um lado, homens e mulheres lutaram por sobrevivência, dependentes e vulneráveis face à natureza, até a dominarem parcialmente. Neste processo, mulheres assumiram determinadas funções atreladas à sua biologia. Posteriormente, criam-se complexas estruturas de poder baseadas em uma hierarquia sexual que sistematicamente coloca as mulheres à força em um papel subordinado. Lerner (2019) destaca a importância de diferenciar estas categorias.

A autora destaca que na transição das sociedades de caçadores-coletores para as sociedades baseadas na agricultura ocorrem mudanças graduais nas relações sociais que iriam exercer influência na construção de uma cultura de hierarquia entre os sexos. A autora trabalha com a tese do antropólogo Claude Meillassoux que questiona a teoria de Engels, segundo a qual a opressão das mulheres advém do surgimento da propriedade privada. Para Meillassoux, assim como para o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1969), foi através da comercialização de mulheres que a propriedade privada acabou sendo criada.

O fenômeno do comércio de mulheres, como observado por Claude Lévi-Strauss (1969) foi um processo que desumanizou mulheres, uma vez que estas foram transformadas em bens e não mais vistas como seres humanos. O comércio poderia acontecer tanto através da remoção forçada de mulheres de suas tribos como por meio de casamentos arranjados. Meninas são treinadas desde a infância para a "aceitação de sua obrigação para com seus parentes no sentido de consentir com casamentos impostos" (Lerner, 2019, p. 77).

Lévi-Strauss (1969) chama atenção para o fato de que a relação total de comércio que constitui o casamento é uma transação entre dois homens ou grupos de homens e a mulher é apenas um objeto nesta transação. Lerner indaga então o porquê mulheres foram comercializadas e não homens. A fim de esclarecer a questão, traz-se à cena a teoria de Meillassoux (1976) sobre a transição entre sociedades de caçadores-coletores e a agricultura.

Nas sociedades de caçadores-coletores as crianças, homens e mulheres consomem o que produzem, as relações sociais eram instáveis, sem estruturas de parentesco ou transações entre as tribos. Como citado anteriormente, embora existissem papéis diferentes relacionados às diferenças de sexo, as diferenças não

significavam, necessariamente, uma desigualdade ou relação de superioridade/inferioridade entre os sexos. O modelo de caçadores-coletores vai dar lugar às sociedades de horticultura:

> A colheita, com base em raízes e mudas, é instável e sujeita a variações climáticas. A incapacidade de manter a colheita ao longo de vários anos faz com que as pessoas dependam da caça, pesca e coleta como complemento alimentar. Nesse período quando abundam os sistemas matrilineares e matrilocais, a sobrevivência do grupo exige o equilíbrio demográfico de homens e mulheres. (Lerner, 2019, p. 79)

Segundo Meillassoux (1976), a vulnerabilidade das mulheres no parto fez com que a tribo buscasse mulheres de outra tribo para alcançar tal equilíbrio e a tendência de roubo de mulheres teria dado origem à cultura do guerreiro. A capacidade reprodutiva das mulheres é vista enquanto recurso da tribo e na medida em que a agricultura se desenvolve, fortalece-se também a estrutura da família, pois há uma maior demanda de coesão e continuidade do grupo. Uma vez que a preocupação principal passa a ser a produção, as mulheres têm sua capacidade reprodutiva não só vista como recurso, como também comercializada. As crianças também passam a ter um valor econômico.

No funcionamento das sociedades agrícolas, homens mais velhos detêm poder sobre o conhecimento, exercem poder sobre os mais novos e sobre as mulheres. O controle do comércio de mulheres permite que os homens obtenham propriedade privada através delas. Os homens mais novos devem oferecer serviços de mão de obra para os mais velhos em troca de privilégio de conseguir acesso às mulheres (Lerner, 2019, p.80). Vê-se que, no esquema de Meillassoux, o controle da reprodução/sexualidade feminina precede a propriedade privada.

Lerner (2019) destaca que nem todas as sociedades passaram pelo estágio da horticultura. Em algumas, a pecuária ou o pastoreio precederam a agricultura. Na análise deste processo devem ser considerados diversos fatores, tais quais fatores climáticos, ecológicos, demográficos e uma complexa interação entre eles. Atenta-se para o fato de que não houve uma causa única e a sociedade foi se estruturando de certa maneira sem controle ou consciência das consequências. A maior importância de considerar tal estruturação dentro do processo histórico se trata de questionar sua universalidade tal qual uma suposta inevitabilidade.

O antropólogo Peter Aaby (1977) demonstrou que existem processos diferentes: tribos de caçadores da Austrália, nas quais existiram controle de mulheres sem que houvesse horticultura; há também o caso dos iroqueses, sociedade de adeptos da horticultura onde mulheres não foram dominadas. Segundo Aaby (1977), em condições ecológicas mais favoráveis talvez fosse possível manter o equilíbrio demográfico sem a necessidade de importar mulheres. Considerando todos os fatores, admite-se que a primeira "propriedade privada" foi a apropriação do trabalho reprodutivo das mulheres.

O desenvolvimento das aldeias neolíticas em comunidades agrícolas é seguido da transformação destas comunidades em centros urbanos, até a formação dos estados arcaicos. As novas configurações sociais e econômicas não se dão de forma linear e em diferentes lugares do mundo: "primeiro, nos grandes vales e rios e costas da China, da Mesopotâmia, do Egito, da Índia e da Mesoamérica; depois na África, no norte da Europa e na Malásia" (Lerner, 2019, p. 85). A formação dos Estados arcaicos é marcada pelo desmantelamento da produção social organizada através das relações de parentesco.

Essa mudança central suscita muitas outras. Por exemplo, nas sociedades mesopotâmicas, o surgimento das elites militares, a institucionalização da escravidão, e o fortalecimento da família patriarcal tornam-se pilares importantes nas relações de poder. Lerner postula três estágios de desenvolvimento das sociedades mesopotâmicas: surgimento das cidades-templo, crescimento das cidades-estado e formação dos estados nacionais. Vê-se muito concretamente a diferença entre aquilo que foi se constituindo de forma espontânea no que diz respeito às relações entre os sexos para uma construção cultural em torno das hierarquias sexuais e uma rígida estratificação dos seres humanos a partir dos sexos.

A subordinação feminina é institucionalizada, está inserida no código da lei, bem como nas cosmogonias que vêm a sustentar o estado arcaico. Mulheres vão sendo excluídas de determinadas ocupações bem como da educação pós invenção da escrita e estabelecimento do ensino formal. Por esta explicação, Lerner afirma, então, que o patriarcado não se originou de um evento, porém foi se estabelecendo durante um período de aproximadamente 2500 anos, entre 3100 e 600 A.C. A extensão histórica do estabelecimento do patriarcado bem como a necessidade do uso da força e violência para estabelecê-lo e reinventá-lo no transcorrer de milênios são evidência da sua faceta antinatural.

A construção das noções hegemônicas de feminilidade é fruto deste longo processo. Nota-se que no cerne da opressão está a exclusão das mulheres de lugares de poder que convencionalmente estiveram no domínio público. A resistência das mulheres no século XIX pelo direito ao voto dizia respeito também à luta contra esta exclusão, pois não era apenas a impossibilidade de votar que estava em jogo, porém a impossibilidade do exercício de cidadania, uma vez que mulheres não eram vistas como seres humanos e deviam ser tuteladas pelos homens da família. Lerner ressalta que a ideia freudiana de que anatomia é destino costuma ser interpretada como prescrição para o presente e para o futuro. Na realidade, como postula a autora, a anatomia foi destino e não é mais, nem precisa ser (Lerner, 2019).

1.3 Das bruxas às sufragistas: a construção do ideal de feminilidade

O aprisionamento das mulheres a um papel de subordinação só foi possível devido a um longo processo de degradação. Na medida em que surgem novas conjunturas políticas, o patriarcado precisa se renovar. São diversos os exemplos no decorrer da história que demonstram novos mecanismos de poder para submeter mulheres. Os mecanismos de domesticação operam a nível tanto ideológico quanto material. No período que engloba do século XVI ao século XVII, houve uma das fases mais violentas do patriarcado que influenciaria enormemente no aprofundamento da diferença entre os sexos.

O fenômeno da caça às bruxas na Europa resultou na execução de centenas de milhares de mulheres (Federici, 2017). Este fenômeno tão pouco estudado foi responsável pelo surgimento de um patriarcado ainda mais opressor na Europa, que veio para demarcar de vez o lugar de submissão das mulheres. A domesticação das mulheres na Europa foi crucial na transição do esquema feudal para o capitalismo. As táticas de dominação exercidas contra as mulheres, depois, foram utilizadas contra os povos colonizados pelos Europeus nas Américas e na África (Federici, 2017).

Pode-se destacar muitos meios pelos quais as mulheres foram subjugadas e desumanizadas. A historiadora Silvia Federici (2017) destrincha como era realizada a campanha de perseguição das mulheres e atenta para o fato de que não foi um movimento espontâneo: a perseguição e o assassinato de mulheres foi parte de

iniciativas estatais. Antes que vizinhos se acusassem entre si ou que comunidades inteiras fossem “presas” do pânico, houve um firme doutrinamento por meio do qual as autoridades expressavam preocupação com a disseminação de bruxas e iam de aldeia a aldeia ensinando os habitantes a reconhecer suspeitas e ameaçando quem as desse asilo (Laerner, 1981, p. 2).

Qualquer mulher poderia ser alvo das acusações dos inquisidores, das autoridades e da população. O objetivo da caça às bruxas possuía fins econômicos e de controle: foi por meio da demonização de mulheres que o Estado pôde justificar o controle sobre o trabalho, a sexualidade e a reprodução das mulheres. A campanha de perseguição fez com que as mulheres fossem vistas como destruidoras em potencial do sexo masculino. A bruxa era acusada de gerar uma paixão erótica excessiva no homem, portanto, a sexualidade feminina passou a ser vista como um perigo. As mulheres acusadas de bruxaria deveriam ser exorcizadas, isto poderia acontecer através de torturas e estupros em interrogatórios nas câmaras ou por morte na fogueira.

Federici aponta como a perseguição à curandeira popular destituiu as mulheres de um saber empírico relativo a ervas e remédios curativos, conhecimentos acumulados transmitidos de geração em geração. Isso teria aberto caminho para o surgimento da medicina profissional, por exemplo. Por esse viés, defende-se que o pensamento científico em alguma medida esteve apoiado na exclusão de mulheres e na consequente apropriação de conhecimentos tradicionais femininos. As mulheres foram proibidas de realizar suas práticas baseadas em saberes tradicionais e foram destituídas dos postos de liderança em suas comunidades.

Através da caça às bruxas, a pecha da culpa foi imposta a todas, uma vez que a bruxa castradora que poderia arruinar moralmente um homem poderia ser virtualmente qualquer mulher. O discurso de demonização e da culpabilização provocou uma intensa alienação dos homens em relação a elas. As desgraças que acometiam as comunidades ou as vidas dos homens eram inevitavelmente culpa de alguma “bruxa”.

Federici (2017) descreve que a caça às bruxas promoveu uma perda da identidade social das mulheres., pela via da perda do espaço social. Houve uma institucionalização da divisão sexual do espaço: as mulheres não só eram proibidas de exercerem atividades econômicas como também eram expulsas das ruas.

Federici (2017) oferece diversos exemplos daquilo que nomeia como um processo de infantilização legal das mulheres: na França, perderam o direito de celebrar contratos; na Alemanha, passou a ser necessário designar um tutor para cuidar dos negócios de uma mulher viúva, também passou a ser proibido às mulheres alemãs que vivessem sozinhas ou umas com as outras.

A mulher desacompanhada estava exposta à ridicularização ou a ataques sexuais. Federici identificou que na literatura erudita e popular há duas tendências culturais de gênero: por um lado, os aspectos que diferenciam homens e mulheres precisam ser exagerados e foram se estabelecendo justificativas para que mulheres fossem consideradas inerentemente inferiores, emocionais e incapazes do exercício de autonomia. Chama-se atenção para como diversos segmentos sociais masculinos estiveram engajados na caça às bruxas: "humanistas, reformadores, protestantes, contra reformadores, todos trabalhavam constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres" (Federici, 2017, p. 292).

As principais acusações às mulheres as associavam a selvagens e irracionais. Em plena Era da Razão, um dos castigos destinados às mulheres "desbocadas" era uma espécie de focinheira, e o castigo do adultério para as mulheres era a morte. Ao mesmo tempo em que a tutela masculina é fortalecida, os laços entre mulheres são enfraquecidos, pois torna-se mais difícil que possam estar juntas sem a tutela do homem. O ataque e o extermínio em massa, a apropriação do trabalho e dos saberes femininos, assim como a criminalização do conhecimento e do controle reprodutivo que as mulheres detinham, constituíam o caminho para o objetivo final de subjugação e controle da classe sexual feminina.

Dois séculos de terrorismo de estado contra as mulheres impulsionaram a construção do ideal de feminilidade da esposa obediente e casta. Se na campanha de difamação as mulheres foram tratadas como mentalmente débeis, selvagens, detentoras de uma sexualidade incontrolável, a partir do século XVIII houve uma inversão desta imagem, que passa a ser construída pela passividade, obediência e servidão. Quando se iniciou o movimento sufragista na Europa, ao fim do século XIX, esta era a noção de feminilidade que vigorava.

A luta das sufragistas se inseria nesta batalha não apenas contra a privação de um direito civil, mas também contra um lugar de subordinação. Segundo Taboada (2021), as tentativas de reforma no direito matrimonial ou de propriedade que poderiam libertar as mulheres das amarras impostas socialmente se mostraram

insuficientes, pois era necessário um poder de decisão direto. No pano de fundo do movimento havia uma tentativa de subverter a ordem que aprisionava a mulher ao espaço doméstico e à tutela do homem.

O pioneirismo do movimento na Europa ocorreu na Inglaterra e se propagou mais fortemente pelos Estados Unidos e pea França. Entre 1870 e 1880, mulheres iniciaram campanhas pelo país instituindo sociedades nas principais cidades britânicas. As sufragistas procuravam atingir o maior número e diversidade de pessoas possíveis. Ao contrário do que se costuma propagar sobre o movimento, as evidências históricas demonstram que havia forte envolvimento de mulheres de todas as camadas da população (Grubba & Monteiro, 2017).

Mulheres não estavam submetidas a abusos apenas no âmbito doméstico: ao final do século XIX, uma parte significativa da classe trabalhadora era constituída por mulheres que, além da precariedade e dos salários mais baixos, estavam expostas a abusos sexuais (Grubba & Monteiro, 2017). Foram duas as principais organizações sufragistas na Inglaterra: a primeira, União Nacional das Sociedades do Sufrágio Feminino – em inglês, *National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS) – foi criada em 1897, liderada por Millicent Fawcett.; a segunda grande organização foi denominada a União Política e Social Feminina – *Women's Social and Political Union* (WSPU) –, criada em 1903 liderada pelas Pankhursts – Emmeline e suas filhas, Christabel e Sylvia.

As duas organizações se diferenciavam em seus métodos: enquanto a NUWSS seguiu um caminho constitucional, atuando através de ações pacíficas, a WSPU recorria a táticas de ação direta, desobediência civil e grandes demonstrações públicas. "Elas se acorrentaram em grades, atearam fogo em propriedades privadas e públicas, e interromperam discursos públicos na Casa dos Comuns, entre outras atividades" (Taboada, 2021, p. 42). Uma das ações significativas da WSPU foi a tentativa de ocupar o Parlamento britânico em 1908, com cerca de 60 mil pessoas reunidas.

Outro ato notável radical ocorreu em 1913 quando, uma sufragista chamada Emily Davison caminhou em meio à corrida de cavalos de Epsom Derby para pôr um distintivo da WSPU no cavalo do Rei. Foi atingida e morta pelos ferimentos provocados pela colisão. A ação gerou grande comoção entre adeptos da causa e Emily tornou-se mártir (Taboada, 2021).

Os atos radicais das sufragistas não ficavam impunes: as envolvidas eram frequentemente perseguidas e encarceradas. Ainda que as duas organizações citadas tenham sido as mais importantes, existiram muitas outras. Em 1918, foi aprovado o primeiro projeto de lei que propunha mudanças no processo eleitoral. Até lá, as mulheres sofreram muitas represálias devido à resistência: torturas, abusos, rejeições familiares e privação de liberdade (Grubba & Monteiro, 2017). As sufragistas carregavam o estigma semelhante ao da bruxa; diversas campanhas midiáticas foram realizadas retratando sufragistas de forma depreciada, acentuando aspectos contrários ao ideal de feminilidade.

Embora todas as mulheres envolvidas na luta sufragista sofressem com a opressão patriarcal e as represálias dos homens, essa opressão atingia de forma diferente as mulheres envolvidas no movimento. Nos Estados Unidos, na mesma época das reivindicações pelo sufrágio, era efervescente o movimento pela abolição da escravidão. Mulheres negras atuantes no movimento sufragista estavam submetidas a uma opressão diferente devido à intersecção da opressão patriarcal com a opressão de raça. Por isso, posicionavam-se de outra maneira, uma vez que a libertação de sua condição de subordinação tinha uma dimensão muito maior, assim como a violência da qual eram alvo. Igualmente, tiveram que levantar batalhas dentro do movimento sufragista, cujos setores conservadores tiveram embates com a agenda do movimento pela abolição.

O advento da modernidade foi contemporâneo à escravização do povo negro e dos povos originários no processo colonizatório ao redor do mundo. É de suma importância compreender que a opressão de mulheres negras, indígenas e de etnias não-brancas está inserida em um contexto particular. Esse tema será retomado no tópico sobre feminilidade e pensamento decolonial no quarto capítulo.

A militância pelo sufrágio alastrou-se mundialmente. No país onde nasceu Freud não foi diferente; entretanto, devido às especificidades do contexto político, o processo se deu de forma diferente. Segundo registros do *The World of the Habsburgs* (Winkler, s.d.), as primeiras eleições para o Parlamento Austríaco aconteceram em 1848. Neste período o voto ainda era algo desconhecido para a maioria da população e restrito a uma pequena parcela desta. Os trabalhadores eram impedidos de votar e o voto permanecia restrito a uma pequena elite. O pensamento de que homens e mulheres pertenciam a esferas diferentes da vida sustentava a

exclusão feminina da política. No ano de 1861, há registros de que pouquíssimas mulheres de classe privilegiada podiam votar em nível municipal e regional.

Em 1867, a Lei de Assembleia e Associação passou a permitir a existência de associações, o que facilitava a mobilização das massas. Embora tivesse ocorrido uma mudança significativa quanto à participação política dos homens, as mulheres eram proibidas de pertencer a associações. O veto à participação se estendia também a estrangeiros. Esta restrição, porém, impulsionou ações pelo direito ~~à~~ participação política e pelo direito à educação de mulheres. Com a educação apropriada, mulheres poderiam acessar outros campos de trabalho. A primeira escola elementar feminina foi criada em 1892 e em 1897 algumas mulheres tiveram acesso à Universidade em Viena.

Em 1907, fruto de lutas sociais, o direito ao voto já havia se ampliado a todos os homens, mas a exclusão das mulheres neste processo atingia seu ápice. De acordo com o *The World of the Habsburgs* (Winkler, s.d.), apenas em 1918 as mulheres passaram a ter direito ao voto. As mudanças políticas decorrentes da Primeira Guerra criaram as circunstâncias históricas propícias para a mobilização em torno do voto na Europa e Estados Unidos. A conquista do voto feminino na Europa, historicamente, corresponde a esta conjuntura. Houve a necessidade de as mulheres preencherem a lacuna e ingressarem na força de trabalho para manter a economia funcionando.

Neste período, algumas movimentações foram catalisadas para outros fins, dissociados da libertação das mulheres. Por exemplo, quando as regras eleitorais seriam redigidas na Áustria, homens do Partido Social Cristão e homens nacionalistas-alemães – que no geral se opunham veementemente ao sufrágio feminino – passaram a se mobilizar pelo voto das mulheres. Isto resultou em reivindicações de voto compulsório cuja demanda servia apenas como instrumentalização de instituições e interesses masculinos.

Diversas outras reinvindicações situadas neste período histórico evidenciam a existência de um forte discurso contra a hierarquia sexual e análises teóricas profundas já produzidas sobre a posição relegada às mulheres na sociedade. Clara Zektin (1857-1933) e Adelhed Popp (1869-1939), por exemplo, foram líderes que se destacaram na luta pela emancipação das mulheres, sendo Zektin nascida na Alemanha e Popp em Viena, Áustria. Segundo Lafleur (1975), ambas eram

extremamente influentes para o movimento socialista em geral e participaram de organizações de massa, associadas a poderosos movimentos sindicais.

Membro do movimento dos trabalhadores, Zektin era uma militante socialista e marxista atuante que participou ativamente da reivindicação pelo direito ao voto. Crítica à opressão capitalista sobre as mulheres, dizia que o direito ao voto sem liberdade econômica era apenas um cheque sem fundo. Dentre diversas pautas pela emancipação feminina, Zektin se posicionou a favor do aborto e da autonomia reprodutiva das mulheres. Ela vinha de uma família de liberais burgueses e teve uma excelente educação de tradição feminista em uma escola para professoras em Leipzig (Lafleur, 1975).

Popp, diferente de Zektin, vinha de família da classe trabalhadora. A obra de Popp, intitulada A *Autobiografia de uma Mulher Trabalhadora*, publicada em 1909, refletia sobre sua infância e sobre como a situação de pobreza extrema e misoginia atravessaram a sua vida. Na Áustria, fundou a primeira organização de mulheres, chamada *Working Women Education Society*, sua influência no movimento das mulheres era análoga à de Victor Adler. Popp, além de sua atuação pelo sufrágio, reivindicava o acesso das mulheres à educação e a própria revolução do sistema educacional excludente em relação aos mais pobres.

Não se pode afirmar com segurança qual era a posição de Freud em relação a tais ideias. O que podemos sem dúvidas analisar são as convergências e divergências em relação às concepções sobre as mulheres apresentadas na psicanálise e no feminismo. Diante de tantas evidências pode-se dizer que a crítica feminista à psicanálise não é, de forma alguma, anacrônica, ou que antes da psicanálise mulheres não tinham voz. Ora, as mulheres falaram contra a própria opressão e no decorrer da história do patriarcado, que atravessa milênios, sofreram as consequências por suas revoltas.

A psicanálise traz a inovação de uma escuta direcionada para o desejo das pacientes em seu lugar de singularidade. Segundo Kehl: “a mulher oitocentista, assim como o homem, faz parte das formações sociais que produziram o sujeito moderno, o sujeito neurótico da psicanálise” (Kehl, 2016, p. 14). De acordo com a autora, a diferença no caso das mulheres é a dificuldade que enfrentam tanto em sua condição social como em sua condição subjetiva para deixarem de ser objeto de uma produção de saberes e tornarem-se sujeitos. No entanto, nota-se que simultaneamente ao contexto de opressão havia uma força oposta aos mecanismos

de controle tanto no âmbito social, nos discursos e reivindicações do movimento de mulheres, quanto também em um nível subjetivo.

Freud, por exemplo, em sua escuta das mulheres histéricas, conseguia identificar a influência das limitações sociais no sofrimento de suas pacientes. No processo de investigação sobre a histeria, percebe-se tanto de Freud como de Breuer uma sensibilidade em relação às poucas possibilidades de escolha na vida das mulheres: "Vale lembrar, embora não seja o tema do livro que agora apresento ao leitor, que o próprio Breuer descreveu a vida de Anna O. como "muito monótona […] restrita à família", apesar do "vigoroso intelecto" da moça" (Kehl, 2016, p. 275). A escuta das mulheres em suas singularidades, seus desejos, vem acompanhada de outros elementos inovadores. A ética psicanalítica em construção irá potencializar transformações em curso como será visto a seguir.

2
O fenômeno da histeria e a revolução do pensamento científico

2.1 O corpo na histeria

Considerando o processo histórico exposto, já se sabe que o argumento de uma psicanálise antecessora ao feminismo não encontra respaldo na realidade. Podemos pensar que a investigação da histeria, a criação da psicanálise e a emergência de um discurso feminista estão profundamente articulados, não só pelo fato de serem contemporâneos: se foi através da investigação da sintomatologia histérica que Freud alcançou as bases fundamentais da psicanálise, esta sintomatologia, por sua vez, aparece também enquanto reflexo de circunstâncias sociais de vida das mulheres e os conflitos advindos da crise quanto ao modelo de feminilidade.

Kehl (2016) destaca que a histeria pode ser lida enquanto expressão possível do sofrimento das mulheres, assim como resistência à lógica de silenciamento, repressão e negação de um lugar social para além daquele determinado pela cultura patriarcal. O conflito social se dá pelo desacordo da ordem tradicional da família burguesa e a aspiração das mulheres enquanto sujeitos. O posicionamento de Freud, ao escutar o sofrimento das mulheres e buscar aprofundar-se nele, já foi por si só um movimento transformador. Algumas leituras apontam que, pelo fato de os estudos sobre a histeria terem caráter inaugural para a psicanálise, essas pacientes tiveram participação importante para a construção do método.

A clínica com as histéricas acompanhou transformações técnicas cruciais para a consolidação do método. O abandono da hipnose e a introdução da associação livre como a regra fundamental da análise surgem neste contexto. O nascimento da psicanálise representou uma revolução em relação aos paradigmas científicos de sua época, transformação que se deu em muitos níveis. Destacam-se aqui a noção do inconsciente e o lugar do corpo e sexualidade. Freud introduziu o sujeito do desejo em contraponto ao sujeito cartesiano cujo saber e a verdade estão ancorados no consciente.

Ao mesmo tempo, introduziu uma racionalidade no entendimento daquilo que parece sem sentido e incompreensível. Estas transformações mostram a

originalidade do pensamento psicanalítico que, embora dialogue com diversos saberes pré-existentes à sua criação, se constituiu a partir de rupturas. Uma terceira ruptura produzida pela psicanálise diz respeito ao lugar das mulheres na sociedade.

O que Freud propôs foi inovador e profundamente disruptivo para a cultura de sua época. Na virada do século XIX para o século XX, a sexualidade feminina era considerada um problema em si. A medicina era instrumentalizada para o controle social, uma vez que, de acordo com os ditames sociais, a mulher deveria subordinar-se à vida conjugal e maternal. A propósito, as concepções médicas acabavam por se misturar com visões místicas e religiosas medievais que demonizavam a mulher e tomavam a sexualidade feminina como algo ameaçador da ordem.

Freud, desmistificando o conhecimento médico de seu tempo, aponta que a questão não estaria na sexualidade em si: o problema da histeria feminina residiria na moral sexual da época, extremamente repressora em relação às mulheres. Esta descoberta surge a partir do entendimento de que o padecimento do corpo na histeria não era análogo a qualquer outro adoecimento orgânico. Pretende-se abordar, neste tópico, além da natureza deste corpo do sujeito, o caráter do sofrimento histérico que se manifesta de forma singular em relação a outros sofrimentos psíquicos.

A aproximação do fundador da psicanálise com o estudo da histeria se deu inicialmente através de Charcot (1825-1893), com quem teve contato durante sua estadia em Paris. O médico neurologista e psiquiatra já se debruçava sobre o enigma da histeria. A visita de Freud se deu entre 1885 e 1886. Naquele momento, a histeria ainda não era considerada um fenômeno não orgânico e pairava a hipótese de que seriam simulações dos pacientes. A pesquisa de Charcot acerca da histeria se iniciou em 1870, segundo Pereira (1999), após grande parte de sua obra principal já ter sido produzida. O autor relata que este estudo ocorreu de maneira um tanto fortuita:

> Na época, o péssimo estado de conservação de um dos pavilhões do hospital, o qual abrigava simultaneamente alienados, histéricos e epilépticos4 , obrigou a redistribuição dos pacientes ali instalados. Essa intercorrência administrativa forneceu a ocasião para que se procedesse a um reagrupamento mais sistemático desses indivíduos, segundo as características de suas patologias, o que permitiria

> um acompanhamento clínico mais adequado e uma observação científica mais rigorosa. (Pereira, 1999, p. 3-4)

Charcot agrupou os pacientes histéricos e epilépticos simples na categoria das “Grandes Neuroses”. Seu método de investigação se tratava ainda de uma ferramenta comum aos seus demais estudos médicos: método anátomo-clínico. Esses pacientes sofriam crises convulsivas e não apresentavam leões cerebrais correlatas na autópsia. Buscava-se, então, uma observação minuciosa da sintomatologia para identificar a relação com as lesões propriamente ditas. O método visava, portanto, estabelecer de forma segura essas relações entre semiologia em morfologia (Pereira, 1999).

Leva-se em consideração que já havia estudo sobre as lesões dos órgãos. Quando na ausência de evidências, determinava-se que seria uma lesão funcional do órgão. Até o final de sua vida, Charcot acreditou que a histeria se devia a uma perturbação funcional do sistema nervoso. Seu trabalho, no entanto, foi crucial para provar que a histeria não se tratava de uma simulação e para desmantelar a tese de que ocorria apenas em mulheres. A descrição da Grande Histeria e a demonstração rigorosa do padrão dos sintomas e sua regularidade-pavimentou o caminho de Freud na descoberta posterior de sua etiologia.

Charcot, ainda que considerasse um fator traumático na histeria, seguia a tendência de priorizar aspectos orgânicos. O fator traumático para ele seria apenas um desencadeador de uma disposição hereditária. Freud, a princípio, concordava com Charcot. Em seu artigo *Histeria*, Freud (1888) afirma que “comparados com o fator da hereditariedade, todos os outros fatores situam-se em lugar secundário e assumem o papel de causas incidentais, cuja importância quase sempre é superestimada na prática” (Freud, [1888]1996, p. 86).

Com os avanços de seus estudos e o acompanhamento de casos, aos poucos Freud passa a conferir maior relevância aos aspectos psíquicos envolvidos na etiologia da histeria. Seguindo os ensinamentos de Charcot, ele iniciou suas investigações a partir do método hipnótico. Posteriormente, na medida em que se aproximava das reais causas da histeria e da compreensão de seus mecanismos, foi modificando os métodos investigativos. Este percurso teve grande influência de Breuer. Ao contrário do que se pensa, Freud já conhecia Breuer antes de Charcot, porém o aprofundamento desta relação se deu após a visita de Freud a Paris. Breuer

teve uma significativa contribuição para o desenvolvimento do método investigativo do inconsciente.

Conforme apontado por Campos (2021), a psicanálise rompe com séculos de tradição filosófica. Ao desdemonizar a histeria e localizar o problema na moral conservadora, Freud ampliou a noção de sexualidade para além da função reprodutiva ou até mesmo do prazer genital. “Amado e odiado, a imagem de Freud mantém-se no imaginário popular como poucos outros pensadores da história” (Campos, 2021, p. 78).

Considera-se então que a teorização sobre o inconsciente e a ampliação do entendimento sobre a sexualidade humana são um pano de fundo para a descoberta deste corpo de outra natureza. Essa transição envolve, principalmente, a possibilidade de uma escuta: desde Charcot, percebe-se que o sofrimento da histérica não era escutado pelas autoridades médicas; a psicanálise, então, traz a inovação de uma escuta direcionada para a subjetividade das pacientes. O ato de Freud de escutar o sofrimento das mulheres e buscar se aprofundar nele já foi por si só um movimento transformador. Vejamos, então, de que modo esta escuta do corpo foi se construindo nas primeiras experiências clínicas com a histeria.

Freud pôde identificar no início de sua investigação sobre a histeria que a dificuldade dos pacientes em relatar suas crises estava relacionada não só à sensação desagradável de rememorar algo penoso, mas também ao fato de que aquilo que ocasionou as crises estaria inacessível à consciência. A hipnose, inicialmente, seria utilizada então como um modo de despertar tais lembranças: através desse método, foi possível começar ao menos a se ter acesso a memórias da ocorrência do fenômeno pela primeira vez. Ainda que tenha sido falho para o tratamento das pacientes, o método da hipnose em um primeiro momento possibilitou este acesso. Os resultados foram importantes para o entendimento do fenômeno.

Freud ([1893]1996) já dá maior ênfase ao fator psíquico como desencadeador da histeria e descreve de modo mais aprofundado a relação entre o sintoma e aquilo que o desencadeia. Pontua que nas “histerias traumáticas” o fator precipitador é claro uma vez que os ataques são acompanhados de alucinações de um mesmo evento. A reprodução “crua” tornava o motivador evidente. Freud chamou atenção, porém, para outros fenômenos histéricos em que o desencadeador não era tão claro. Trata-se daqueles eventos em que há apenas uma relação simbólica entre o ataque e aquilo que o suscitou.

Freud identifica que há uma rede de elos interligando o sintoma até a memória, podendo as conexões simbólicas ser mais ou menos complexas. Ele forneceu fragmentos que evidenciam estes diferentes níveis de complexidade: tomemos o exemplo bastante banal de um afeto doloroso que surge durante a refeição, mas é reprimido, então provoca náusea e vômito, e este que persiste durante vários meses como vômito histérico (Freud, [1893]1996, p. 40). A conexão simbólica também se manifesta de outras maneiras.

O que define, portanto, se uma vivência que suscita afetos penosos será traumática ou não dependerá de diferentes fatores. "Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos – tais como os de susto, angústia, vergonha ou dor física" (Freud, [1893]1996, p. 41). Em seus estudos iniciais, através da investigação de casos pelo método hipnótico, Freud destaca a relação entre sintoma, a impossibilidade de ab-reação e a experiência traumática, seja pela natureza do trauma, o estado psíquico prévio do doente ou circunstâncias sociais:

> Uma jovem, que velava o leito de um enfermo, atormentada por uma grande angústia, caiu num estado crepuscular e teve uma alucinação aterrorizante, enquanto seu braço direito, que pendia sobre o dorso da cadeira, ficou dormente; disso proveio uma paresia do mesmo braço, acompanhada de contratura e anestesia. Ela tentou rezar, mas não conseguiu encontrar palavras; por fim, conseguiu repetir uma oração para crianças em inglês. Posteriormente, ao surgir uma histeria grave e altamente complicada, ela só conseguia falar, escrever e compreender o inglês, enquanto sua língua materna permaneceu ininteligível para ela por dezoito meses. (Freud, [1893]1996, p. 40).

Sob estas condições pode se ocorrer que, devido à natureza do trauma, o doente queira esquecer e tente excluir tanto quanto possível as vivências penosas ou, devido ao estado psíquico prévio, que o processamento associativo fracasse. Não existe vínculo afetivo (o) suficiente entre o estado de consciência normal e os patológicos em que surgiram essas ideias (Freud, [1893]1996). Instala-se um "corpo estranho" no psiquismo: se o sintoma pode ser tomado enquanto uma mensagem cifrada que encontrará uma possibilidade de elaboração no tratamento analítico, pode-se compreender a expressão corporal na histeria enquanto uma espécie de fala que necessita de uma escuta.

Nota-se que o percurso de descoberta da histeria e o aprimoramento do método de investigação implica na construção de um espaço para uma fala não do lado do médico, mas sim do paciente. O reconhecimento deste fato é de suma importância para alterações significativas na elaboração das ferramentas de investigação psicanalítica. Nos primeiros estudos sobre a histeria, na análise do caso Miss Lucy, Freud já introduz modificações: ele descobre que poderia abrir mão de uma alteração do estado de consciência do paciente para ter acesso ao material inconsciente; revela já ter utilizado outro método antes mesmo deste caso.

Deixou de usar o sonambulismo ou algum grau de hipnose e solicitar apenas a concentração da paciente. “Resolvi partir do pressuposto de que meus pacientes sabiam tudo o que tinha qualquer significado patogênico e seria uma questão de obrigá-los a comunicá-lo” (Freud, [1893]1996, p. 137). Freud se refere ao abandono da hipnose, porém ainda não havia chegado à associação livre, de qualquer forma, reconhece algo fundamental:

> Afinal, fiquei tão confiante que quando os pacientes respondem “não vejo nada” ou “nada me ocorreu”, podia descartar esta afirmação como uma impossibilidade e assegurar-lhes que por certo tempo haviam ficado conscientes do que se desejavam, mas se recusavam a acreditar que fosse aquilo e o rejeitavam. (Freud, [1893]1996, p. 138)

No relato do “Caso Dora” ([1905]1996), Freud já aponta uma transformação do método de sugestão para aquilo que seria posteriormente conhecido como associação livre. Relata que na época em que ocorreu o trabalho com este caso estava em uso uma técnica que consistia em esclarecer sintoma por sintoma via sugestão do médico onde ele conduzia o diálogo. Ao revisar os possíveis equívocos na condução do caso Dora, constata ser esta uma técnica inadequada para lidar com a “estrutura mais fina da neurose”. O correto seria deixar que a/o paciente escolhesse o tema de trabalho e partir da superfície de seu inconsciente.

No que diz respeito ao entendimento dos processos psíquicos envolvidos na histeria, há uma compreensão também diferenciada daquela empregada por Charcot no início das investigações. Entende-se que mesmo que deformadas pelos mecanismos de deslocamento e condensação, as representações recalcadas aparecem nos sintomas corporais comunicando algo. Esse corpo que emite um

discurso é indiferente à anatomia médica e não funciona de acordo com a sua lógica. O corpo de que se fala na histeria é um corpo erógeno que se apresenta a partir de uma anatomia fantasmática (Fortes, 2012). Freud ([1893]1997) diz que a diferença entre as paralisias orgânicas e as paralisias histéricas, por exemplo, não estava em sua gravidade, porém em seu critério de funcionamento:

> Considerada do ponto de vista psicológico, a paralisia do braço consiste no fato de que a concepção do braço não consegue entrar em associação com as outras ideias constituintes do ego, do qual o corpo da pessoa é parte importante. A lesão seria a abolição da acessibilidade associativa da concepção do braço. O braço comporta-se como se não existisse para a cadeia das associações. (Freud, [1893]1996, p. 213)

Não se trata apenas da ausência de uma lesão no registro anatômico ou fisiológico: observando o circuito que percorre o sintoma, percebe-se uma manifestação fragmentária e volátil que é incompatível ao funcionamento das afecções orgânicas. A mobilidade dos sintomas corporais, sua ordem no tempo e espaço tornam indubitável a natureza estranha à anatomia. O corpo histérico é o corpo da linguagem; na ausência de representabilidade, a linguagem se precipita sobre o corpo em lugar de continuar a se dar no elemento de significantes. Como se, de repente, as palavras cobrissem uma coisa, um pedaço do corpo (David-Ménard, 2002, p. 105).

A descrição deste corpo erógeno ainda é fruto da subversão freudiana de pensar a sexualidade para além da procriação. A sexualidade é retirada do lugar da patologia e aparece o corpo fragmentário das pulsões que são sempre parciais e cujo objeto é variável. Os estudos de Freud sobre sexualidade infantil também têm um papel central na concepção deste corpo.

Além de um novo olhar sobre o corpo e a sexualidade, a descoberta da histeria nos proporciona um acervo muito rico que possibilita a investigação da dimensão social do sintoma histérico. A descrição dos casos clínicos escritos por Freud são verdadeiros documentos históricos, pois revelam os conflitos das mulheres em relação ao padrão de feminilidade da época. Ainda que algo possa ter escapado à interpretação de Freud, as problemáticas estão em evidência através do registro das falas das pacientes. Mesmo assim, há uma escuta que pôde acessar tal conteúdo.

Freud, em “Comunicação Preliminar”, fala sobre “estados hipnoides disposicionais” (Freud & Breuer, [1893]1996, p. 48). Sua origem emerge de devaneios, cujos trabalhos de “costura e ocupações semelhantes tornam as mulheres particularmente mais propensas” (Freud & Breuer, [1893]1996, p. 48). Segundo Kehl (2016), Freud já havia notado um grande potencial intelectual e criativo que gerava um excedente não utilizado em suas pacientes. As mulheres, ao final do século XIX, viviam sob a expectativa social de uma vida conjugal e maternal, ao mesmo tempo que tinham algum contato com o mundo masculino.

Mulheres de classes mais altas, tais quais a maioria das histéricas atendidas por Freud, através de uma educação doméstica, tinham algum estímulo para o desenvolvimento intelectual na juventude. No entanto, era esperado que em dado momento de suas vidas abandonassem suas aspirações para seguir o mesmo destino de suas mães. São inúmeros os exemplos retratados nos casos clínicos que ilustram esta condição social. O caso “Elizabeth” foi um deles: “Queria estudar ou receber educação musical e ficava indignada com a ideia de ter que sacrificar suas inclinações e sua liberdade de opinião por um casamento” (Freud, [1893]1996, p. 165).

O registro dos casos, além de demonstrar de modo explícito o atravessamento social deste sofrimento, evidencia as contradições psicanalíticas no modo de identificá-lo. Observar o desenvolvimento do pensamento freudiano sobre essa questão específica expõe de modo claro um nó no percurso da elaboração teórica. A sensibilidade de Freud e Breuer e a escuta quanto à problemática das mulheres é muito evidente; há um entendimento de que as moças eram preparadas intelectualmente, mas não tinham um lugar social. Parece, entretanto, que no decorrer de suas formulações este fato perde seu caráter social e, aos poucos, é associado a uma espécie de destino marcado pela anatomia e capacidade reprodutiva feminina.

Kehl (2016) aponta que as conclusões a que Freud chega são consequência de algo que não foi escutado. Um caso emblemático citado pela autora foi a paciente Dora, segundo Kehl, “aquela que ninguém quis escutar”. Freud toma esse caso como um caso “interrompido”, considera que devido a um manejo insuficiente da transferência houve um encerramento precoce por parte da paciente. É um exemplo singular das contradições da psicanálise no que diz respeito à questão das mulheres.

A discussão em torno deste caso, no próximo tópico, abordará duas críticas diferentes: a crítica a partir da psicanálise e a crítica desde a literatura feminista.

2.2 O Caso Dora revisitado: um olhar da psicanálise pós-freudiana

Na introdução deste caso, Freud ([1901]1996) esclarece, de início, que a duração da análise de Dora foi breve e que o tratamento não foi concluído, tendo sido interrompido por vontade da própria paciente. Em seu relato de caso, buscou compreender através de um olhar crítico o que pode ter levado a uma interrupção precoce da análise.

> Ante o caráter incompleto dos meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores que têm a felicidade de trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antiguidade (Freud, [1901-1905] 1996, p.23).

Importante situar o momento em que ocorreu a análise da paciente no que diz respeito às etapas de elaboração do método psicanalítico, pois este ainda estava em processo de construção. Freud diz que, na época em que atendeu Dora, ainda se utilizava em alguma medida da sugestão. O objetivo era trabalhar sintoma por sintoma, esclarecendo-os um após o outro. A associação livre, cujo objetivo era deixar que o paciente apresentasse o que estava na superfície de sua mente, passou a ser utilizada depois.

Pode-se considerar, então, que o método da sugestão teve uma influência nos desdobramentos do caso. Embora não tenha sido o entrave principal, como se verá adiante, possivelmente-limitou em alguma medida o processo analítico. Além do método, outro aspecto importante destacado por Freud, que se fez relevante para este caso, refere-se à forma correta de investigar conteúdos sexuais. O psicanalista destaca que não é possível tratar de um caso de histeria sem que tais sejam investigados e afirma que a conduta de um analista ao abordar tais assuntos deve ser de modo “seco e direto”. Poderia se aproximar, até certo ponto, da conduta do ginecologista. “Dou aos órgãos e ao corpo seus nomes técnicos, e os comunico” (Freud, [1901-1905]1996, p. 54). Segundo ele, essa maneira difere da forma como esses temas são tratados na sociedade, inclusive, com a qual as mulheres já estão

bastante acostumadas. Ainda que de modo superficial, com esta afirmação-Freud consegue questionar uma "dupla moral" e a hipocrisia da sociedade em torno da sexualidade feminina. Este posicionamento será um dos aspectos favoráveis no manejo do caso.

Dora, uma jovem de 18 anos, chegou ao consultório de Freud através de seu pai, que fora paciente de Freud anos antes. A razão da procura se deveu à descoberta de uma carta de suicídio escrita pela jovem. No momento de preparação da análise, relata Freud que a paciente possuía um desânimo, atitude inamistosa em relação ao pai e à mãe e evitava contatos sociais. Antes deste evento, no decorrer da vida, a paciente já havia apresentado uma série de manifestações sintomáticas desde a infância. Aos oito anos surgiram problemas respiratórios e aos doze uma tosse nervosa, enxaquecas e até mesmo perda completa da voz. Foi submetida a tratamentos médicos que não produziram nenhum resultado. Dora resistiu um pouco à análise, porém aceitou iniciar o tratamento.

As primeiras impressões de Freud foram de uma jovem de feições inteligentes e agradáveis. No início da análise, revelou-se que os fatos que antecederam a carta de suicídio tinham relação com dois eventos. Quando o pai de Dora esteve doente, a família precisou se mudar, temporariamente, para uma cidadezinha e lá haviam feito amizade com um casal, Sr. e Sra. K. Dora costumava passar períodos frequentando a casa do casal. Eis que Dora contou aos pais que o Sr. K havia feito uma "proposta amorosa" a ela quando estavam a sós em um passeio no lago.

Sr. K negou o ocorrido e sugeriu que Dora teria fantasiado a situação: "Segundo soubera de acordo com a Sra. K., só mostrava interesse pelos assuntos sexuais e que até na casa dele, junto ao lago, lera ***A*** *Fisiologia do Amor*, de Mantegazza (...)" (Freud, 1996, p. 35). O pai aceita como verdade a defesa do Sr. K. Desde então, Dora exigia que o pai rompesse a amizade com o casal. O pai de Dora disse não ter dúvidas de que essas situações seriam o motivo do abatimento e das ideações suicidas de Dora. Ele mesmo, entretanto, não acreditava na veracidade de todos os eventos e não rompeu a amizade com o casal.

Dora afirmava que a Sra. K era amante de seu pai e por isso as relações não foram rompidas. Segundo Freud, quando estava com o ânimo mais exasperado, impunha-se a Dora a concepção de ter sido entregue ao Sr. K. como prêmio pela tolerância dele para com as relações entre sua mulher e o pai de Dora (Freud,

[1901]1996, p. 23). Freud, compreendendo que os acontecimentos atuais falam apenas sobre a superfície dos sintomas histéricos, começa a aprofundar a investigação. A paciente rememora e relata, então, uma experiência anterior ao episódio do lago. Lembra de uma situação que ocorreu quando tinha 14 anos, em que Sr. K. lhe beijou a força.

Dada esta introdução do caso, pretende-se agora discuti-lo sob o ponto de vista da crítica psicanalítica pós freudiana e da crítica feminista. As observações a seguir serão centradas no recorte do caso apresentado e as interpretações freudianas destes fragmentos. A primeira interpretação diz respeito à cena em que Sr. K. dá um beijo forçado em Dora. Através da observação dos sintomas, Freud concluiu que a repugnância relatada pela paciente, na realidade, tratava-se de uma "inversão de afeto". Ele categoriza a reação de Dora ao "cortejo" de Sr. K, na primeira cena, como uma reação histérica: "Eu tomaria por histérica, sem hesitação, qualquer pessoa que, em oportunidade de excitação sexual despertasse sentimentos preponderantes ou exclusivamente desprazerosos, fosse ela ou não capaz de produzir sintomas somáticos" (Freud, [1901]1996, p. 37).

A segunda interpretação se refere à censura de Dora em relação ao pai quanto a seu caso amoroso com Sra. K e a suposta conivência do pai em relação às tentativas de Sr. K para com ela. Freud diz que o comportamento de Dora, no início, também indicava uma conivência com o caso entre seu pai e Sra. K., ou seja, sua censura na realidade tinha origem no próprio desejo. Sugeria com esta interpretação que ela estava apaixonada pelo Sr. K e que também devia aproveitar-se do fato de que seu pai e Sra. K. fossem amantes.

> Obviamente, como sintoma reativo para suprimir alguma outra coisa (...). Considerando a situação, não pude deixar de supor, em primeiro lugar, que o suprimido era seu amor pelo Sr. K. (Freud, [1901]1996, p. 62).

A relação de Dora com a Sra. K também atravessa o quadro de sintomas de outras formas. Freud descobre que Dora e Sra. K, antes do conflito com a família K., tinham uma relação bem próxima. Ele diz que Dora se referia à Sra. K muitas vezes como se fosse um amante descrevendo a amada. A respeito desta relação, concluiu que, da mesma forma como invejava Sra. K pela posse do pai, invejava o pai pelo amor da Sra. K. Freud reconhece que se tratava de correntes de sentimentos

masculinos, ou ginecofílicos, comuns à vida amorosa inconsciente das moças histéricas.

Na última sessão de Dora, antes de interromper abruptamente a análise, Freud fala para ela que deve ter sido uma decepção que a proposta de Sr. K. não tenha sido renovada. Fala que era isso que ela esperava e que é disso que não gostaria de ser lembrada, ou seja, os sintomas advinham deste afeto recalcado. Após esta última sessão e a interrupção do tratamento, o próprio Freud faz considerações sobre a condução do caso.

A primeira crítica tem por alvo o manejo da transferência que ele diz não ter conseguido dominar a tempo. Freud diz não ter identificado a tempo o momento em que Dora faz uma transferência do Sr. K. para ele. Segundo Freud, deveria ter questionado a respeito da transferência para acessar o material mnêmico relacionado ao Sr. K.

Outra observação crítica que Freud faz quanto a sua condução do caso está relacionada à moção homossexual de Dora em direção à Sra. K. Ele diz: "deixei de descobrir a tempo e de comunicar à doente que a moção amorosa homossexual pela Sra. K. era a mais forte das correntes inconscientes de sua vida anímica." (Freud, [1901]1996, p. 114). Não foi suficientemente explorado o recalcamento desta "moção poderosa", embora Freud tenha identificado superficialmente este aspecto. A partir da crítica do próprio Freud, outros psicanalistas – como Lacan – desenvolveram melhor este ponto.

A crítica feminista a respeito do caso Dora levanta uma discussão importante sobre a histeria. Sabe-se o quanto a psicanálise e a descoberta da histeria foram revolucionárias em relação às mulheres. Porém, existe uma faceta muitas vezes ocultada sobre a misoginia presente no discurso psicanalítico da histeria e seus prejuízos para as mulheres.

O caso Dora evidencia que o questionamento à moral sexual e a abertura de espaço para a fala das histéricas estava longe de ser o suficiente para lidar com questões advindas da condição de opressão. Dora pôde falar sobre si sem censuras e, de fato, isto foi significativo, no entanto, o modo como seu relato é escutado evidencia limitações do saber psicanalítico à época.

A carta de suicídio de Dora vem à tona após uma sucessão de acontecimentos. Ao relatar o "cortejo amoroso" no lago, foi acusada de ter inventado o ocorrido. Houve um desmentido que, em alguma medida, é reproduzido

na análise. Freud, difere da família ao acreditar em Dora, mas localiza o problema em sua reação. A atitude de repugnância da paciente em relação aos abusos é classificada enquanto histérica. O problema maior está no fato de que todo o processo da análise obedece a esta premissa. Vê-se, por exemplo, que a questão do consentimento escapa a Freud totalmente; nota-se um ciclo comum às situações de abuso em que a retraumatização ocorre a partir do desmentido.

No artigo "I am done: violência sexual, testemunho e reparação em 'Hysterical Girl'", Barbosa & Mendonça (2021) fazem considerações fundamentais sobre esta questão. O artigo desenvolve uma discussão a partir do documentário *Hysterical Girl* (Novack, 2020). Trata-se de um curta metragem que, através de uma estrutura não linear, pretende subverter a lógica de uma narrativa masculina e simular um espaço testemunhal para a verdade de Dora. Seguindo a proposta do artigo, os autores resgatam fundamentos teóricos que propõem dar lugar à perspectiva da mulher.

Barbosa & Mendonça (2021) enfatizam que Dora foi levada a Freud pelo pai para lidar com a filha que teria uma psiquê problemática. Freud não duvida do ocorrido, porém a noção de que, na realidade, o abuso foi desejável e o problema foi não o aceitar converge com valores patriarcais. Segundo os autores, esses valores são sustentados pela tríade masculina no entorno da moça: Freud, o pai e o Sr. K. O que nos mostra o artigo e o documentário é que algumas explicações psicanalíticas que apontam a sexualidade como origem do conflito se constituíram como poderosas ferramentas de silenciamento de mulheres.

Podemos dizer que esta se tornou uma pauta oculta sobre a histeria, ofuscada por uma defesa dos progressos da psicanálise em relação às mulheres. Há um ponto cego na perspectiva psicanalítica quando compreendem a repressão sexual, porém não se enxerga a opressão patriarcal de forma mais ampla. Isto não envolve apenas a repressão ou a liberdade, mas implica também identificar que não só às mulheres é vedada uma experiência livre em relação a sexualidade, como ainda a experiência da sexualidade precisa estar nos moldes da submissão sexual. Sob este ângulo, assim como é vetado à mulher uma sexualidade livre, é inadmissível que ela rejeite demandas sexuais dos homens. Na hierarquia sexual, trata-se de uma lógica sobre a qual os homens possuem direito do acesso aos corpos das mulheres.

A histeria seria então uma consequência não necessariamente da repressão sexual, porém da repressão patriarcal (Barbosa & Mendonça, 2021). Vê-se o

equívoco no Caso Dora quando o ato do assédio é tomado como natural e torna-se patológica a recusa da paciente. Expressões como “vingança” e “ciúmes” foram utilizadas por Freud na escrita do caso. Adjetivos como estes são comumente usados para difamar mulheres que reagem a algum tipo de violência misógina, uma vez que a insubmissão é tratada como loucura ou desvio. Sabe-se que a associação das mulheres ao irracional, selvagem, emocional, que necessita ser controlado, é algo histórico. Assim como a associação da mulher à maldade e imoralidade.

Federici (2017) aponta como na passagem da Idade Média para a Modernidade há uma miscelânia de argumentos religiosos e argumentos advindos do racionalismo para justificar a subjugação da mulher. Segundo Mendonça & Barbosa (2021), existem duas facetas da psicanálise em relação à cultura patriarcal. A partir do momento em que se constituiu enquanto ferramenta poderosa de investigação da cultura fálica, possui grande utilidade para os estudos feministas e tem potencial revolucionário. Quando a psicanálise é utilizada para organizar racionalmente tal cultura e, desta forma, justificá-la, torna-se falha. Não por acaso, o discurso sobre a histeria passou a ser largamente empregado pelo senso comum para descredibilizar mulheres.

Certamente existem aspectos deste discurso que se baseiam em uma vulgarização de conceitos, mas não se pode dizer que não possuem nenhuma relação com a psicanálise “original”. O caso Dora deixa evidente o problema, explicitando como o discurso psicanalítico que identifica na sexualidade na origem dos conflitos pode ser extremamente normatizador. A etiqueta da histeria, tal qual a etiqueta da loucura, neste ponto, tornou-se um meio de opressão. Martins e Moreira (2020, p. 91), através de uma análise das atas da sociedade das quartas-feiras, identificaram como, muitas vezes, explicações psicanalíticas desautorizaram questionamentos políticos das mulheres sobre sua condição.

O estigma da histeria surgiu categorizando aquelas mulheres cuja feminilidade era desafiadora para os valores da época. Segundo Showalter, “cuja oposição expressa-se por meio dos sintomas físicos e códigos discursivos, subverte a lógica linear da ciência masculina” (Showalter, 1985, p. 5). Apesar de haver um ponto de vista sobre a histeria enquanto forma de resistência ou via de expressão possível das mulheres, deve-se ter um cuidado para não superdimensionar essa análise. Showalter nos lembra que a histeria, de certa forma, foi uma resposta privada e individual e não alterava a ordem social das mulheres.

A histeria em comparação com o feminismo poderia ser considerada uma reação imediata mais precária. O feminismo enquanto uma expressão orientada para uma transformação da realidade em oposição a conformidade. De qualquer forma, o sintoma é uma espécie de denúncia, seja pelo silêncio como a afonia de Dora ou através do barulho dos sintomas externalizados. No contexto de Freud, havia uma evidente dissonância entre a idealização da família imposta às mulheres e a experiência vivida delas. As consequências disto eram os sintomas histéricos.

A problemática apontada no caso Dora para as feministas diz respeito ao posicionamento antagônico de Freud ao escutar a paciente. É evidente que, diferente daqueles que acusam a paciente, Freud a trata com humanidade. Porém, é notável que, por vezes, ergue-se no cenário analítico um discurso de oposição que reprime o discurso da paciente e interrompe no processo de elaboração. Por exemplo, quando interpreta para Dora que seu amor pelo Sr. K ainda existia, porém ele estaria submetido a uma forte resistência. Diante da negativa, ele diz:

> Não trouxe nenhum desapontamento para minhas expectativas que essa exposição provocasse em Dora a mais enfática negativa (...). Quando esse "não", em vez de considerado como expressão de um juízo imparcial (do qual, por certo, o doente não é capaz), é ignorado, dando-se prosseguimento ao trabalho, logo aparecem as primeiras provas de que, nesses casos, o "não" significa o desejado "sim". (Freud, [1901-1905]1996, p. 63)

Para Kehl (2016), o caso Dora possui uma representação muito precisa do sentimento de humilhação em decorrência da condição de mulher. Segundo a autora, a tentativa e esforço de Dora de tornar-se sujeito em sua própria vida foi mal interpretada. Um dos equívocos de Freud esteve em presumir que o Sr. K era o objeto de desejo e ciúmes de Dora. Por essa interpretação, sua relação com Sra. K. não passaria de um meio de chegar a ele. A interpretação de Freud deixa escapar uma questão muito central que diz respeito ao tema da feminilidade. As razões da inclinação de Dora à Sra. K implicavam uma tentativa de identificação, do tonar-se mulher.

"O que ela tentava saber por meio de sua amizade idílica com a sra. K., substituta da mãe frígida e distante, era como tornar-se uma mulher. O que ela, Dora, poderia vir a ser, tendo nascido com o sexo de uma mulher?" (Kehl, 2016, p.

200). A insistência de Freud em se colocar no lugar do Sr. K., na contratransferência, foi uma das razões pelas quais o caso não foi exitoso. Perdeu-se de vista a complexidade subjetiva da paciente e suas questões em torno da própria feminilidade. Vê-se que foram secundarizados os aspectos da trama e relações da paciente que não estavam associados aos homens no seu entorno. Nesse ponto, o androcentrismo da psicanálise se impõe.

Para Lacan (1966/1998), Freud se equivocou ao querer apontar o objeto para a paciente. Pode-se dizer que ao nomear pela paciente esse objeto, interrompeu a elaboração singular dela na construção particular de seu objeto de desejo. Lacan identifica que há um esvaziamento da figura do Sr. K. quando este assume que a Sra. K. não tinha mais importância para ele. O conflito de Dora a levava em direção a outra mulher, pois, conforme apontado por Kehl (2016), há uma busca por uma semelhante que atravessa desde o real do corpo. A autora chama a atenção para a particularidade da travessia do Édipo da menina: "A descoberta da castração para a menina faz com que passe a vida tentando suplantá-la. A outra surge então para a menina como surgem para o menino *todas as outras menos a mãe*" (Kehl, 2016, p. 203).

A crítica psicanalítica pós-freudiana questiona o fato do conflito de Dora em relação à sua feminilidade ser reduzida ao desejo pelo Sr. K. Segundo Lacan, Freud se equivoca neste sentido, contradizendo, em certa medida, o próprio estudo freudiano da feminilidade. Quando Freud escreve sobre feminilidade, compreende que o desenvolvimento da menina envolve certas especificidades, sobretudo no que diz respeito ao Édipo. É neste aspecto que se atenta ao período pré-edípico e às problemáticas da identificação. Na construção do caso Dora, porém, até mesmo essa problemática é invisibilizada.

Embora, corretamente, Lacan tenha chamado atenção para o significado da inclinação de Dora para a Sra. K., quando presume que a questão da paciente é assumir uma posição feminina, retorna ao mesmo equívoco: um olhar androcêntrico sobre o feminino. Kehl (2016) identifica que a visão lacaniana reforça a noção de uma "posição feminina" normativa. Entramos aqui na discussão mais ampla sobre a noção psicanalítica da feminilidade que será mais bem discutida no próximo capítulo.

Por enquanto, destaca-se apenas um aspecto: o término de uma análise. Kehl (2016) discute de que forma a ideia de feminilidade influência na visão sobre o

objetivo da análise tanto para mulheres como para homens. A partir do texto "Análise do Terminável e do Interminável" ([1937]1996), ela reflete sobre a diferença entre o que era considerado o fim de uma análise para as mulheres e para os homens. No caso dos homens, espera-se que possam rescindir a posição de disputa fálica com o analista. Tal processo demanda alguma disposição passiva que fora recalcada na fase edípica.

A "feminização" dos homens seria exigida apenas de modo transitório. O trabalho de análise demandaria que pudesse superar o medo da castração e obter um sentimento de igualdade em relação ao médico. A diferença da análise para a mulher, por uma perspectiva freudiana, está no fato de que a castração é um ponto de partida. O analista, por sua vez, deve convencê-la a se conformar.

> Toda paciente mulher, para se considerar sua neurose totalmente vencida, deve haver-se livrado do seu complexo de masculinidade e emocionalmente há de aceitar sem traços de ressentimento as consequências de seu papel feminino. (Freud, 1937, p. 364)

Kehl aponta que na teoria freudiana as possibilidades fálicas das mulheres ficam atadas aos limites do corpo. A razão disto, segundo a autora, se deve às teorias instituídas sobre a condição das mulheres desde o século XVIII, atrelando em muitos níveis seu destino social à sua natureza. A crítica pós-freudiana atenta para o fato de que o tema da castração não pode ser solucionado quando preso no imaginário da diferença sexual. Lacan vem lembrar que a castração não é apenas condição para o estabelecimento da análise, porém, é condição de todo estabelecimento de vínculo, pois o sujeito, independente do sexo, é um sujeito barrado. "A castração está na base de todo o laço social e de toda fala dirigida alguém" (Kehl, 2016, p. 159).

Vê-se que a crítica lacaniana, porém, acaba recaindo no mesmo equívoco. De modo semelhante a Freud, que afirma que as mulheres devem aceitar sem ressentimentos sua "condição", Lacan vai dizer que "Assim como em toda mulher (...) (justamente as que Dora formula nas queixas de sua revolta), o problema de sua condição, está, no fundo, em se aceitar como objeto de desejo do homem (...)" (Lacan, [1901-1981]1998, p. 54). Lacan fará uma crítica a Freud visando desconstruir um determinismo biológico, porém, não foi capaz de pensar

criticamente a feminilidade a ponto de questionar o que Freud presume como "posição feminina".

É preciso reconstruir este caminho para identificar os problemas nesta teorização. Primeiro, reconhece-se que pensar a castração para além da diferença sexual, bem como a dimensão simbólica e imaginária do falo são, de fato, importantes para a ampliação do entendimento da feminilidade. Uma das questões que talvez escape à crítica está na explicação do pênis como primeiro representante fálico. Segundo Kehl (2016), a criança descobre em algum momento da vida que o corpo da mãe é desprovido de pênis e, assim, faz do pênis a primeira representação imaginária do falo. Sabe-se que a posse do pênis não garante o menino contra a castração.

A justificativa para que o pênis ainda permaneça como principal símbolo fálico deve-se àquilo que Bleichmar (1988) chama de "convalidação social do fantasma". Há um aparato simbólico que naturaliza a inferioridade sexual feminina e reforça a ideia de superioridade masculina. A invariabilidade e ao mesmo tempo organização da subjetividade se devem a um limite na transformação daquilo que lacanianos chamam de dimensão real do fantasma.

Considera-se, porém, que em um primeiro momento a escolha do pênis como símbolo fálico, realmente, se dê a partir da identificação de uma diferença anatômica. A perspectiva feminista vai questionar tal afirmação e demonstrar que, desde os primórdios da infância, a noção de superioridade masculina e a forma como a diferença sexual é assimilada psiquicamente tem influência do social.

A percepção de uma "falta" no corpo da menina não é significada desta forma apenas como consequência de uma observação que depois encontra substrato ideológico, porém, refere-se à forma como esse corpo é visto primeiramente. Por esta via, a noção de convalidação social do fantasma é questionável, pois não é como se a observação da diferença enquanto uma falta estivesse submetida a um reforço social. A própria observação da diferença como "falta" na menina já é produto da lógica do discurso de inferioridade feminina e superioridade masculina. O argumento em questão foi desenvolvido na obra sublime de Beauvoir (1949): *O Segundo Sexo*.

Em alguma medida, a crítica psicanalítica não consegue se desvencilhar das amarras do androcentrismo. A ideia de um beco sem saída subjetivo para as mulheres é compartilhada tanto por Freud como por Lacan. Psicanalistas como

Kehl e Bleichmar questionaram os problemas dos constructos teóricos das principais correntes de pensamento psicanalíticas. A possível razão pela qual não se caminha mais adiante deve-se à ausência de uma perspectiva feminista. As autoras, corretamente, atentam-se à forma como teorias naturalistas influenciam nos equívocos sobre a feminilidade.

A dimensão que permanece intocável e que a perspectiva feminista vem a destrinchar diz respeito aos mecanismos de poder: é insuficiente identificar teorias naturalistas absorvidas pela psicanálise e os equívocos teóricos consequentes disto sem compreender a que servem tais teorias no jugo da hierarquia sexual. É indispensável a compreensão daquilo que compõe as barreiras para a liberdade das mulheres e como elas operam para além de dizer simplesmente que a liberdade feminina é cerceada pela noção de superioridade masculina. Com o objetivo de lançar luz à noção de feminilidade em seu caráter político, será retomada, primeiro, a construção da noção por Freud.

3
A noção freudiana de feminilidade

Nos tópicos anteriores, a partir da perspectiva do conhecimento historicamente situado por Donna Haraway, investigou-se as conexões e disrupções da psicanálise em relação ao seu período histórico. Conjuntamente, com o intuito de identificar como a psicanálise se situou quanto à questão social das mulheres, realizou-se uma análise pormenorizada do cenário político sobre mulheres e a cultura. Foi abordada a história da opressão das mulheres – de sua formação ao século XIX, passando pelos movimentos sociais da época e pelo entrelaçamento de ambos com a criação da teoria psicanalítica.

No percurso construído até o presente capítulo, os estudos sobre a histeria foram o fio condutor da discussão. Entende-se que – além do papel de grande importância na fundação do pensamento e da clínica psicanalítica – tais estudos foram ponto de partida para a investigação da sexualidade feminina. Demonstrou-se também os progressos e os equívocos de Freud em consideração à condição social da mulher através do caso Dora. Procurou-se apresentar como tais equívocos teóricos remontam ao problema da feminilidade tanto em Freud como na psicanálise pós-freudiana. Kehl (2016) faz uma reflexão crítica do entendimento da feminilidade e sua influência na prática analítica com mulheres.

No presente capítulo, para dar continuidade à reflexão, serão investigados outros dois pilares básicos para o entendimento da feminilidade na teoria freudiana. Além dos estudos sobre a histeria, os textos sobre a cultura e a teoria da sexualidade infantil são centrais para analisar esse construto teórico.

Desse modo, podemos observar como os conceitos de masculinidade e feminilidade na psicanálise tomam um significado particular diferente daquele determinado biologicamente. Em *Mal-Estar na Civilização*, Freud escreve:

> O sexo constitui um fato biológico que embora de extraordinária importância na vida mental, é difícil de apreender psicologicamente. Acostumamo-nos a dizer que todo ser humano apresenta impulsos, necessidades e atributos instintivos, tanto masculinos quanto femininos e, ainda que a anatomia, é verdade, possa indicar características de masculinidade e feminilidade, a psicologia não pode. (Freud, 1929, p. 112)

Nota-se que o entendimento de masculino e feminino no decorrer da obra freudiana passa por inúmeras transformações. A crítica da noção de feminilidade exige um olhar atento a tais modificações. Embora a relação entre feminilidade e anatomia esteja presente em diversos momentos de sua teorização, não se pode tomá-la de modo estanque. A ideia de que "anatomia é destino" (Freud, 1924, p. 197) não é capaz de sintetizar o pensamento freudiano sobre o desenvolvimento psíquico da mulher. Existe uma estrutura complexa e – em certo ponto – até mesmo paradoxal.

Pode-se interpretar que o problema teórico que atravessa a elaboração sobre o feminino se insere em uma questão maior sobre o objeto da psicanálise. Os limites entre o biológico e o psíquico fazem parte de uma outra trama que diz respeito à relação entre a psicanálise e sua vinculação com o saber médico. No início da psicanálise, sabe que a maioria dos analistas eram médicos. Especialmente a neurologia e psiquiatria foram antecedentes relevantes.

A relação criada entre o sexo biológico e características do funcionamento psíquico já eram bem evidentes antes da psicanálise. A crítica literária e feminista Elaine Showalter realizou uma análise extensa deste fenômeno no cenário psiquiátrico do século XIX. Em *The Female Malady*, a autora destrincha a relação entre a feminilidade e a loucura presente na cultura inglesa no período do séc. XVIII ao XIX. Segundo Showalter, o saber médico e científico, atravessados pela cultura da época, construíram a representação da loucura enquanto uma figura feminina. A loucura enquanto como uma "doença feminina", de acordo com a autora, refere-se a diversas condições.

Showalter afirma que: "Enquanto o nome da doença simbolicamente feminina possa mudar de um período histórico para outro, a assimetria de gênero de sua representação tradicional se mantém a mesma" (Showalter, 1985, p.4). Para que seja mantido o propósito de mergulhar no contexto de surgimento da psicanálise, será abordado no tópico seguinte deste capítulo as diferentes facetas da "doença feminina" no pensamento científico. Em seguida, será esmiuçado o percurso conceitual de Freud dos estudos sobre a cultura e teoria da sexualidade à noção de feminilidade.

3.1 Os “distúrbios nervosos” e a feminilidade

Em meados do século XIX, os registros médicos já mostravam uma quantidade maior de mulheres nos “asilos para lunáticos” (Showalter, 1985, p. 3). Embora diversos sejam os registros estatísticos do período que abrange do século XVII ao XIX que demonstrem picos deste aumento, a autora chama atenção para a existência de diferentes hipóteses sobre o fenômeno. Alguns médicos, como Richard Napier, psiquiatra do século XVII, notaram que havia queixas maiores de ansiedade e depressão em suas pacientes mulheres, frequentemente associadas aos seus papéis de mãe e esposa (MacDonald, 1981, p. 74). Através desta perspectiva, se poderia presumir que a situação social das mulheres sob o sistema patriarcal seria uma das razões para esse número expressivo.

Existe, porém, uma questão anterior que diz respeito ao próprio conceito de loucura e “doenças mentais” no pensamento científico da época. A questão central para Showalter, que se deve apresentar aqui, trata-se de investigar de que forma, em determinada cultura, as noções de feminilidade influenciaram a definição e o tratamento de doença mental. Este ponto em particular nos interessa, uma vez que a histeria está neste rol de manifestações clínicas que eram vistas pelos médicos como doenças tipicamente femininas. A autora se propõe a pesquisar a detecção e o tratamento da loucura feminina nos séculos XVIII e XIX e as diferentes etapas do pensamento psiquiátrico. É possível, portanto, ter uma perspectiva de como a psicanálise se inseriu neste debate.

Ainda segundo Showalter, a linguagem da medicina psiquiátrica do século XIX é reveladora. A escolha pela Inglaterra como campo de estudo se deveu às especificidades do contexto que evidenciam a relação culturalmente construída entre insanidade e feminilidade. Evidentemente, o contexto geográfico inglês tem semelhanças com outros países quando se trata do saber psiquiátrico e da loucura. Destaca-se que no início dos anos 1830, França, Inglaterra e Estados Unidos compartilhavam muitas ideias sobre a loucura e havia uma intensa troca entre os países.

A partir deste recorte, o propósito da autora é abordar a história da loucura e da feminilidade a partir de um ponto de vista feminista. Showalter afirma que mesmo os trabalhos mais revolucionários sobre a história da loucura não conseguiram alcançar de fato o papel da dominação masculina neste processo e sua

consequência para as mulheres. Novamente, aqui se coloca a necessidade da construção de uma base epistêmica realmente feminista para estudos sobre a mulher. Para cumprir com a sua proposta, a autora busca outras fontes que visibilizam os relatos e a perspectiva das mulheres.

A história da loucura enquanto a doença feminina está conectada à história da psiquiatria. Segundo Showalter, existem três etapas diferentes no período que sua pesquisa abrange: psiquiatria vitoriana (1830-1870), darwinismo psiquiátrico (1870-1920) e modernismo psiquiátrico (1920-1980). No final do séc. XVIII houve uma mudança significativa na forma como a loucura era tratada. Se antes os loucos foram tratados como animais insensíveis, objetos de repulsa, violentos, que deveriam ser mantidos em celas, acorrentados, no final do século, começaram a ser vistos como seres humanos doentes, objetos de pena, cuja sanidade deveria ser restaurada através de cuidados. Essa mudança foi designada como a primeira revolução psiquiátrica (Showalter, 1985).

As mudanças ocorridas não significaram em absoluto a extinção de uma ideologia ou das práticas anteriores. Considera-se que as reformas promoveram mudanças significativas tanto no campo do discurso como da lei, mudanças estas que instituem novas práticas na lida com a loucura, porém este processo não é linear e algumas das antigas práticas nunca foram totalmente extinguidas. As diferenças marcantes promovidas pela primeira revolução psiquiátrica, além do novo olhar sobre a loucura, realizaram uma transição de práticas coercitivas fundamentadas na concepção animalizada do louco para práticas de cuidados. As *madhouses* e *workhouses* aos poucos são substituídas por “asilos para lunáticos”.

Neste mesmo período, ocorre a transição da imago da loucura, antes representada pelo masculino, para uma representação feminina. A dialética racional e irracional toma sentidos sexuais específicos (Showalter, 1985, p. 8). A associação entre loucura e feminilidade é parte de um pensamento dual fortalecido com o surgimento da ciência moderna em que a mulher foi colocada ao lado da natureza, corpo, emoção, enquanto o homem foi colocado ao lado da razão, discurso, conhecimento e da mente.

No advento da era vitoriana, as mudanças sociais em torno da loucura coincidiram com a celebração do papel doméstico feminino. Como veremos a seguir, a ideologia vigente também teve uma influência nas concepções do cuidado com a loucura. A Inglaterra vitoriana, que já lidava com o estigma da loucura

epidêmica, acabou se tornando o centro da Reforma. A ideologia dominante que se estabeleceu na psiquiatria vitoriana posicionava-se contra os abusos, torturas e maus tratos que ocorriam constantemente no período anterior:

> Nas mansões sombrias em que mãos e pés eram diariamente amarrados com tiras e correntes, onde eram toleradas cadeiras de contenção (...) em que os pacientes eram um rebanho indefeso à mercê de homens e mulheres que eram habitualmente severos, frequentemente cruéis, às vezes, brutais (...) doença, sofrimento e negligência médica, tudo isso era comum. (Conolly, [1856]1973, p.32-33).

A reforma consistiu em substituir a coerção física por outra forma de contenção. Em 1845 foi promulgado *The Lunatics Act*, requerendo que os principais condados e distritos provessem cuidados aos loucos, dando início a um período de construção de asilos sem precedentes (Showalter, 1985). Outras leis foram criadas para assegurar fiscalização tanto para os procedimentos de internação quanto para os cuidados oferecidos, sendo necessária presença e autorização médica. Aos poucos, o sistema foi reestruturado para oferecer um tratamento em moldes domésticos. Os "asilos para lunáticos" deveriam simular um lar, funcionando como uma estrutura familiar.

Os asilos eram coordenados por um médico superintendente e sua esposa, geralmente, como matrona da instituição. Os doentes deveriam ser tratados com uma espécie de supervisão parental, uma mistura de autoridade e gentileza para direcioná-los à cura. Showalter resgata registros que descrevem os asilos como enfermarias de escolas. Os psiquiatras vitorianos estavam longe de encontrar evidências sólidas que apontassem a causa da loucura e mesmo assim continuavam investindo esforços para estabelecer uma causa física. Foi-se considerado que poderia ser causada por inflamações ou lesão no cérebro, assim como por distúrbios no sangue.

Embora houvesse uma tentativa de explicação de causas físicas, o discurso dominante também apontava para causas morais em algumas situações. As causas morais e físicas eram difíceis de distinguir, porém mesmo se tratando de causas físicas, as teorias sobre o tratamento da loucura incluíam um fortalecimento da vontade do doente para lutar contra a "doença mental", a sanidade deveria ser restaurada por um reforço da autoestima e do autocontrole. A saúde mental deve ser alcançada através do equilíbrio de uma vida moderada, sem excessos. Os asilos

devem atuar na reeducação de seus pacientes, ensiná-los estabilidade e autodisciplina para a vida civil.

No que diz respeito à relação do indivíduo com a sociedade, a condição de classe era um fator determinante. Segundo Showalter, por preços exorbitantes alguns ricos poderiam ficar alojados com médicos especializados ou serem enviados para asilos privados isolados. Essas opções evitavam uma estigmatização. A classe média procurava clínicas privadas baratas e os pobres iam para asilos públicos. O avanço mais importante da psiquiatria vitoriana foi a abolição da contenção mecânica.

No período correspondente à psiquiatria vitoriana, o fenômeno do predomínio das mulheres nas instituições se tornou algo estatisticamente verificável. Antes da metade do século, o número de homens ultrapassava o de mulheres. Alguns anos após a promulgação do *Lunatics Act*, aos poucos, a porcentagem de mulheres aumentou e nos anos 1850 havia mais mulheres do que homens nas instituições públicas (Showalter, 1985). Além do *Lunatics Act*, ocorreram outras mudanças na legislação.

> O *Madhouse Act* de 1828 estipulou que um médico residente superintendente teria que ser contratado quando o asilo tivesse mais de 100 pacientes. Além disso, em todos os asilos, um médico deve visitar os pacientes ao menos uma vez por semana e assinar um registro semanal. (Showalter, 1845, p. 54)

As leis e as novas estruturas criadas para o tratamento da loucura tiveram como consequência um fenômeno particular: empenhando esforços para fiscalizar os asilos, as instituições estiveram cada vez mais sob o controle da classe médica em uma época em que a educação médica era vetada para mulheres. Simultaneamente, com o crescimento das instituições, os incentivos estatais aos asilos e o aumento das pesquisas, a psiquiatria se fortaleceu como disciplina da área médica. O advento da “mulher louca” da era vitoriana se deu em paralelo ao advento da psiquiatria enquanto profissão estabelecida. A legislação voltada para regulamentação e proteção dos pacientes teve efeito no combate às instituições que funcionavam como prisões, onde cuidado médico não era critério.

Porém, foi responsável também por produzir um outro efeito colateral: as mulheres, além de excluídas da área médica e de outras categorias profissionais,

eram vistas com desconfiança nas funções em que eram aceitas. Não eram consideradas aptas o suficiente e estavam sempre subjugadas a uma figura de autoridade masculina. No início do século, era permitido que as esposas dos superintendentes dos asilos atuassem como *matrons* responsáveis pelas alas femininas, porém essa função foi aos poucos extinta. “Enfermeiras, atendentes mulheres recebiam muito menos que trabalhadores homens, eram consideradas menos confiáveis e estavam submetidas a mais regras e restrições” (Showalter, 1985, p. 54).

Apresenta-se um cenário de hospitais lotados de mulheres cuja supervisão era relegada a homens. Consequentemente, abusos de autoridade fortalecidos pela hierarquia sexual tornaram-se frequentes. As teorias sobre feminilidade e a tendência essencial à loucura começam a se fortalecer. Pesquisadores elaboraram diferentes teorias sobre o aumento de mulheres nos hospitais; entre alguns dos reformadores vitorianos havia uma negação da diferença: para estes médicos, o número não significava um aumento de “doença mental” nas mulheres, mas que mulheres tinham menos chances de serem liberadas como curadas.

Um segundo posicionamento localizava a razão no processo de feminização da pobreza, uma vez que a pobreza foi considerada como uma causa da insanidade moral. Outros ressaltavam o fato de que nem todas as mulheres nos asilos possuíam doenças mentais: eram senis, epiléticas etc., No entanto, a versão que foi se fortalecendo com o tempo defendia a teoria de que as mulheres eram mais vulneráveis à loucura. Esse ponto de vista é central para a discussão, pois coloca em evidência diferenças entre a psicanálise e a psiquiatria da época.

De acordo com a perspectiva em questão, as mulheres eram vistas como mais instáveis e tal instabilidade estaria ligada ao seu sistema reprodutivo. As teorias sobre insanidade feminina afirmavam que as especificidades biológicas da mulher – seu sistema reprodutivo – interferiam em seu controle racional. Os médicos consideravam a puberdade um momento especialmente vulnerável, durante o qual a menina se tornaria “inexplicavelmente irreligiosa, egoísta, caluniosa, falsa, maliciosa”, como se lê no artigo *“Women in her psychological Relations”* (1851), publicado por autor anônimo em *“Journal of Psychological Medicine and Mental Pathology”.* A adolescência feminina era descrita como uma miniatura da loucura.

Showalter (1985) aponta que a adolescência das meninas vitorianas era de fato um período turbulento, em parte em decorrência da transição social. “Uma transição potencialmente traumática da liberdade de uma infância andrógena para o confinamento dos papéis femininos adultos” (Showalter, 1985, p. 56). Alguns médicos se sensibilizaram com os colapsos advindos da opressão social, mas a análise das próprias mulheres não era encontrada nos registros dos hospitais e nos manuais de psiquiatria, salvo raras exceções, mal se tinha acesso a tais discussões. As fontes de narrativas femininas, portanto, devem ser outras,

Showalter encontra na literatura uma riqueza de relatos de mulheres sobre o próprio sofrimento, falando em primeira pessoa sobre sua suposta insanidade. Um exemplo emblemático citado pela autora se trata da história de Florence Nightingale. Ela sofreu por anos de uma depressão agonizante. Em 1840, recusa a proposta de um casamento para realizar o sonho de tornar-se enfermeira, mas após ter sido negado, ela tem um colapso. Confinada na rotina doméstica, Nightingale concentrou seus esforços na escrita de um projeto literário, apoiando-se fortemente em sua própria experiência.

A personagem de Nightingale, Cassandra, se dá conta de que “sua paixão, intelecto e energia moral foram destruídos pelas obrigações mesquinhas, rituais gentis e hipocrisia religiosa do código social de classe média (Showalter, 1985, p. 63). A autora demonstra o cenário da mulher vitoriana atada ao ambiente doméstico. O sufocamento da vida familiar, o tédio, e o protecionismo patriarcal, gradualmente, destroem a capacidade da mulher de sonhar, trabalhar ou agir (Showalter, 1985, p. 64). Nightingale descreve com detalhes, através de sua personagem, os efeitos do patriarcado na subjetividade das mulheres vitorianas.

Se na literatura feminina era possível encontrar com clareza as consequências da opressão patriarcal, de modo geral, a literatura psiquiátrica negava sua existência. O que a psiquiatria vitoriana poderia oferecer às mulheres era ajudá-las a preservar uma estabilidade do cérebro contra as supostas tendências de sua natureza. Para os médicos, o tratamento das mulheres deveria fortalecê-las contra suas fraquezas e vulnerabilidades, impressas em sua essência. Na visão médica dominante, a sexualidade feminina se torna uma grande questão. Era sugerido que a menstruação fosse retardada o quanto possível. Ao mesmo tempo, nos asilos, parte da ocupação designada às mulheres como tratamento eram serviços

domésticos. Em dado momento, tornou-se muito popular e exaltado como a lavanderia era benéfica para as mulheres internadas.

Por volta de 1867, a reforma vitoriana, com sua proposta de acolhimento doméstico e tratamento moral da insanidade, começa a retroceder. Asilos lotados e sem estruturas trazem de volta à cena as práticas disciplinares. Além disto, cada vez mais buscava-se explicações científicas para a loucura. Não mais era aceita a explicação moral e simpatias humanitárias como forma de tratamento. O darwinismo psiquiátrico começa a crescer. A segunda geração da medicina psiquiátrica do século XIX busca se basear rigorosamente no método científico e nas teorias darwinistas sobre a loucura.

Se a psiquiatria vitoriana já tinha graves problemas quanto às práticas direcionadas às mulheres, a psiquiatria darwinista tornou-se um problema na medida em que fortaleceu a justificativa "científica" do ideal vitoriano de feminilidade. Diversos foram os desdobramentos disto. Showalter dá destaque a alguns autores e obras, a começar pelo próprio Darwin que, na obra *The Decent of Man* (DARWIN, 1871), afirma que os homens se tornaram superiores às mulheres em coragem, energia e intelecto, criatividade e, por isso, se sairiam melhor nas artes e nas ciências. Essas teorias foram desenvolvidas por Herbert Spencer, Patrick Geddes e J. Arthur Thompson.

As teorias construídas em torno da condição de subordinação da mulher à biologia vão se sofisticando e ganhando mais poder na era da psiquiatria darwiniana. Em *Principles of Sociology* (1876), Spencer afirma que as mulheres são deficientes na competição intelectual, pois sacrificam suas energias no processo reprodutivo. Geddes e Thompson (1890) baseiam seu argumento no metabolismo celular.

Células femininas seriam anabólicas, portanto, mais passivas, conservadoras de energia, cuja função é o suporte de vida. As células masculinas, por sua vez, seriam catabólicas. Os homens, assim como os espermatozoides flagelados, seriam mais agressivos, competitivos, inventivos e as mulheres, segundo Geddes e Thompson, assim como os óvulos, seriam plácidas e nutridoras.

O alicerce destas teorias apoiava-se na noção de que a diferença sexual se apresenta também na mente (Maudsley, 1874). Afirma-se que mentes de mulheres e homens são diferentes. Não por acaso, tudo aquilo que é atribuído como essência de uma mente feminina ou essência de uma mente masculina reforçam a hierarquia

sexual. Estas ideias, porém, encontraram resistência pela frente; o debate acerca da abertura do ensino superior para as mulheres foi uma das mais difíceis. Feministas lutaram ferrenhamente para defendê-la. Em *Sex in Mind and Education* (1874), Maudsley afirmava que o exercício intelectual de meninas poderia provocar um dano permanente no sistema reprodutivo e no cérebro, opinião defendida por muitos médicos.

Os médicos ingleses, nesta época, sustentavam a posição de que a histeria seria provocada por fatores principalmente hereditários, em conjunto com a influência de maus hábitos. Muitas descrições das pacientes histéricas as retratavam como destemidas, corajosas, e justamente por isso eram vistas como moralmente repulsivas. A perspectiva psicanalítica, por conta de seus estudos sobre a cultura, pôde expandir os horizontes da visão e tratamento da histeria.

3.2 Cultura e o estudo sobre a sexualidade em Freud

Em "A Moral Sexual Civilizada Moderna" (1908), Freud faz um importante estudo sobre a maneira como as normas sexuais estariam conectadas às "doenças nervosas". Neste trabalho, escrito em 1908, Freud demonstra que a repressão nociva da vida sexual seria a razão do aumento das doenças nervosas.

> Entretanto, um método peculiar de investigação, conhecido como psicanálise possibilitou-nos perceber que os sintomas destes distúrbios (histeria, neurose obsessiva, etc.) são psicogênicos e dependem da atuação de complexos ideativos inconscientes, mostrando que, de maneira geral, possuem um conteúdo sexual. (Freud, 1908, p. 172-173)

Em primeiro lugar, faz uma pontuação fundamental: lembra que, no homem, o instinto sexual não serve originalmente aos propósitos de reprodução, mas à obtenção de determinados tipos de prazer. Segundo a teoria da sexualidade, "o desenvolvimento do instinto sexual, passa então, do autoerotismo ao amor objetal, e da autonomia das zonas erógenas à subordinação destas à primazia dos genitais, postos a serviço da reprodução" (Freud, 1908, p. 175). O instinto possui uma "singular e marcante característica": a capacidade de trocar seu objetivo sexual

original por outro, não mais sexual, chamada capacidade de sublimação. Dessa forma, o instinto coloca à disposição da atividade civilizada uma grande quantidade de energia.

Freud distingue três estágios diferentes da civilização. O primeiro, em que o instinto sexual poderia se manifestar livremente sem, necessariamente, voltar-se para a reprodução; o segundo, em que o instinto sexual é suprimido, exceto aquele que serve aos objetivos da reprodução; o terceiro, ao qual se refere como o estádio da moral sexual civilizada, na qual só a reprodução legítima é admitida enquanto meta sexual. A partir disto, poderíamos indagar os motivos pelos quais esta moral estaria provocando distúrbios nervosos em diferentes grupos de indivíduos.

Citaremos alguns deles. No que diz respeito, por exemplo, aos homossexuais, aqueles que "de maneira ainda não compreendida, o objetivo sexual foi defletido do sexo oposto" (Freud, 1908, p. 175). Freud afirma que para este grupo as exigências da moral sexual não podem ser alcançadas e passam a ser uma fonte de sofrimento. Para aqueles que conseguissem suprimir o instinto, esta seria sua única realização; a supressão esgotaria todas as forças que poderiam ser sublimadas em atividades culturais. Para Freud, grande parte desses indivíduos estaria destinada a uma vida inútil e infeliz.

No caso dos casamentos heterossexuais, Freud discorre sobre o impacto da exigência de abstinência sexual até o casamento e as restrições dentro do casamento, pois no geral, só seriam permitidos atos procriadores. Nos ateremos aqui às considerações feitas sobre as mulheres. Primeiro, identifica que existe uma dupla moral que rege os relacionamentos. Se os homens obtêm mais êxito ao se adequarem a esta moral é porque recorrem à parcela de liberdade sexual que lhes é concedida e validada pela sociedade. Para Freud essa é "a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos" (Freud, 1908, p.180).

Freud reconhece que nas condições culturais postas o casamento deixou de ser uma panaceia para os distúrbios nervosos femininos. Na realidade, segundo ele, a mulher precisa ser muito mais saudável para o tolerar: quanto mais severa houver sido a educação da jovem e mais seriamente se submeter a ela, maior a probabilidade de refugiar-se na neurose. Além disto, nota que a educação sexual das mulheres impede que as jovens se ocupem intelectualmente de problemas

sexuais, pois as intimida com a ideia de que tais curiosidades são pecaminosas e pouco femininas.

"A educação não subestima as dificuldades de suprimir a sensualidade da jovem até o casamento, pois utiliza medidas drásticas. Não somente proíbe as relações sexuais e oferece altos prêmios a castidade feminina (...)" (Freud, 1908, p. 182). Para ele, tais regras tanto para o homem como para a mulher têm como consequência um malogro da preparação para o casamento, que toma desdobramentos particulares. Freud conclui que, quando o instinto pode ser liberado, após uma supressão extrema, apresenta danos permanentes.

Nas reflexões apresentadas neste texto de 1908, junto aos outros trabalhos que apresentam um aprofundamento dos estudos sobre a sexualidade da teoria sobre a sexualidade infantil, vê-se que há uma inclinação a pensar a sexualidade em contato com o estudo da cultura. Há um descolamento cada vez mais evidente entre os aspectos biológicos do sexo e aspectos psíquicos dos indivíduos na teoria freudiana, dado que se reconhece uma formação mediada pela cultura. Contudo, a diferença sexual não perde a importância ou se torna irrelevante na obra de Freud. Apenas atesta-se que as "consequências psíquicas" não são óbvias e não estão previamente dadas a partir da condição biológica.

Com o propósito de analisar este processo, volta-se para o estudo do desenvolvimento da sexualidade desde a infância. Quando se trata da relação com o social aparente no texto sobre a moral, existem avanços significativos como, por exemplo, um olhar sobre a sexualidade independente de fins reprodutivos. O reconhecimento da homossexualidade, por sua vez, confronta a noção da heterossexualidade como algo natural, um dos pilares da estrutura patriarcal. No que diz respeito à relação entre a mulher e a feminilidade, na medida em que os estudos avançam, essa estrutura se faz ainda mais nítida. Veremos adiante as conclusões retiradas das análises sobre a sexualidade.

3.3 Esboços sobre o feminino e o masculino

A consideração de que a neurose possui antecedentes na época de eflorescência da vida sexual e as investigações acerca da sexualidade infantil foram

um ponto de partida importante para os estudos acerca da psicologia da mulher. A descoberta de que o desenvolvimento sexual de homens e mulheres não refletem uma analogia exata deu início a uma série de estudos para compreender tal diferença. A tentativa de explorar esse campo aos poucos proporcionou construções teóricas mais sólidas; no entanto, esse percurso é cheio de impasses e dúvidas que, parcialmente, se mantém até o final dos estudos de Freud sobre a feminilidade.

Além dos estudos sobre a histeria, pertencentes aos primórdios da psicanálise e os já mencionados estudos sobre a cultura, os textos publicados em *O Ego, o Id e outros trabalhos* (1923-1925) vêm a impulsionar ainda mais as evidências sobre particularidades do desenvolvimento da mulher. Freud dá um salto dos estudos sobre sexualidade infantil para adentrar nas especificidades da sexualidade feminina. Nos artigos *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924) e *Algumas consequências psíquicas sobre a diferença anatômica entre os sexos* (1925), ele apresenta importantes conclusões que serão depois desenvolvidas nos artigos *A Sexualidade Feminina* (1931) e *Feminilidade* (1933).

A premissa que orienta esses estudos se assenta na ideia de uma formação psíquica decorrente da distinção anatômica, ou seja, o desenvolvimento sexual dos indivíduos passa por uma construção, ainda que exista uma forte influência hereditária. Freud propõe que tanto a visão ontogenética quanto a visão filogenética têm lugar em sua explicação. Além do mais, mesmo aquilo que já está programado, segundo ele, pela ontogênese, ainda estaria no campo do desconhecido.

Estabelecendo um paralelo, Freud afirma que:

> [...] o indivíduo está inteiramente destinado a morrer, e talvez sua disposição orgânica já deva conter a indicação daquilo que deve morrer. Não obstante, continua a ser interessante acompanhar como esse programa inato é executado e de que maneira nocividades acidentais exploram sua disposição. (Freud, 1924, p. 194)

Percebe-se que em seu texto as categorias “masculino” e “feminino”, quando mencionadas, variam em seu significado: ora possuem um sentido sociológico, ora possuem um sentido biológico ou se referem ao sentido de atividade (masculino) e passividade (feminino). Este último significado será revisto ao longo da obra. Muitas vezes, essa ambiguidade de significado é reflexo de um

movimento ainda incipiente em desvendar a diferenciação entre o homem e a mulher e a maneira como são apreendidas psicologicamente.

Inicialmente, Freud narra algo da travessia edípica do menino postulando que, em determinada fase do desenvolvimento do menino, é chegado o momento em que o órgão genital assume o papel principal. Logo, o interesse do menino nos seus órgãos genitais sofre interdição dos adultos. Muito comum que ocorra a ameaça de que sua parte tão valorizada lhe será retirada. A represália em torno da masturbação e da enurese noturna vem a reforçar a ameaça. Porém, de acordo com ele, o menino apenas se convence da ameaça de castração quando vê o órgão genital feminino. Com isso, a perda de seu pênis se torna imaginável (Freud, 1924).

O complexo de castração provoca no menino a destruição do complexo de Édipo: "Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nesta parte do corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais" (Freud, 1924, p. 196). Diante deste conflito a criança "vira as costas" para o complexo de Édipo. É na resolução de tal conflito que se introjeta a autoridade dos pais, formando o núcleo do superego.

A narrativa sobre tal fenômeno na menina revela as bases para o que será incorporado na noção de feminilidade. Primeiro, Freud identifica que na fase fálica meninos e meninas não apresentam uma diferença significativa nos termos do desenvolvimento sexual. A atividade autoerótica em ambos é similar, é como se o clitóris para a menina tivesse o mesmo significado que um pênis para o menino: "Com seu ingresso na fase fálica, as diferenças entre os sexos são completamente eclipsadas pelas suas semelhanças. Nisto somos obrigados a reconhecer que a menininha é um homenzinho" (Freud, 1933, p. 118).

Abre-se aqui um parêntese para sublinhar que, por esse ponto de vista, o neutro é sinônimo de masculino. Ainda que existam descolamentos significativos na teoria de uma centralização excessiva no masculino, ele acaba por muitas vezes sendo referenciado como o universal. Neste momento, Freud diz que a vagina ainda não foi descoberta. Essa fase é descrita como uma experiência da masculinidade infantil vivida pela menina.

Deste estudo surge para Freud uma grande questão, a partir da afirmação de que no desenvolvimento da menina há uma mudança de zonas erógenas dominantes. Questiona-se de que modo aconteceria tal mudança na menina e o

consequente abandono de sua masculinidade. Da mesma forma, observa-se que, diferente dos meninos que retêm o mesmo objeto, a mãe, as meninas também passam por mais esta transição de uma mudança de objeto. Por tal razão, Freud conclui que o édipo na menina possui um problema a mais. Esclarece que, para compreender a transformação da menina em mulher, faz-se necessário acompanhar as vicissitudes posteriores da excitabilidade no clitóris (Freud, 1905).

Freud julgou ter encontrado, no caso do menino, a "vinculação entre organização fálica, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do superego e o período de latência" (Freud, 1924, p. 197). Apesar de ainda permanecer obscuro o percurso da menina, nesta altura já se encontrou razões para supor que há diferença devido à transição de objeto e de zona erógena. De acordo com Freud (1924, p. 197) "a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico".

Antes de entrarmos nos desdobramentos do desenvolvimento da menina, observemos pela citação anterior que a diferença sexual, progressivamente, toma um lugar bastante central na explicação dos fenômenos psíquicos e é considerada um fator determinante para a constituição subjetiva do indivíduo. Freud não se equivocou ao identificar que algo de muito basilar estava em jogo em se tratando da diferença sexual e constituição psíquica. Porém, vê-se que as relações causais estabelecidas não consideram adequadamente as consequências da cultura patriarcal para a subjetividade dos indivíduos.

Nota-se por este ponto de vista que, para o criador da psicanálise, a organização psíquica em torno da anatomia, de fato, era destino ao ponto de tornar a condição de desigualdade social da mulher, em parte, justificada por tal diferença. Vê-se um movimento da teoria freudiana que vai da denúncia das injustiças sociais às quais as mulheres são submetidas a uma espécie de racionalização da condição de opressão. Os resultados deste caminho teórico culminam na noção de feminilidade.

Ainda considerando o desenvolvimento sexual infantil, Freud encontra explicações iniciais das transformações que ocorrem nas meninas. Em sua narrativa da trama edípica da menina, afirma que, assim que notam o pênis do menino, imediatamente o identificam como superior. Ao dar-se conta de sua condição de castrada, o sentimento narcísico de humilhação, a ideia de que não poderia competir

com os meninos e de que seria melhor não o fazer, a leva a afastar-se da masculinidade (Freud, 1925).

Uma das grandes diferenças entre a menina e o menino residiria no fato de que na menina o complexo de castração introduz o complexo de Édipo, enquanto no menino, o complexo de castração causa a dissolução desse complexo. A consciência da distinção anatômica faria a menina se afastar da masculinidade para iniciar um novo percurso rumo à feminilidade regular. Há um outro fator crucial que se torna determinante para tal diferenciação: no menino, o complexo de castração produziria um choque que, em conjunto com outros fatores, produziriam duas consequências possíveis: horror pela "criatura mutilada" ou um "desprezo triunfante" (Freud, 1924).

Freud avalia que seria mais difícil para a menina chegar a tal dissolução do complexo de Édipo, uma vez que a castração já exerceu seu papel de introduzir a criança na situação desse complexo: "ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental das mulheres" (Freud, 1925, p. 286). O desejo da menina por um pênis seria substituído pelo desejo por um bebê, entretanto, a transição para a "feminilidade regular" encontra diversos obstáculos.

Segundo Freud, o complexo de masculinidade das meninas provocado pela inveja do pênis pode persistir durante muito tempo, inclusive até uma idade tardia. Em decorrência disso, conclui que as mulheres teriam um superego mais frágil. A ideia de que as "exigências feministas" não nos levam longe, pois a diferença morfológica ganha expressão no desenvolvimento psíquico, se fortalece com o argumento de uma formação de superego deficiente. Freud considera ter encontrado uma evidência para aquilo que já era afirmado sobre o caráter da mulher: "estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos (...)" (Freud, 1924, p. 286).

Este argumento já aparecera antes de modo menos elaborado. Se em *A Moral Sexual* (1908) há uma crítica contundente que desmistifica a justificativa da repressão à sexualidade feminina, em *Mal-Estar na Civilização* (1924) a narrativa sobre a posição secundária que a mulher ocupa na sociedade encontra pontuais semelhanças com o argumento tradicionalista apontado por Lerner (2019).

Tal argumento identifica uma justificativa para a posição social inferior da mulher na narrativa da história da evolução e sobrevivência humana. Aqui se

fortalece não apenas uma explicação da condição social, mas cada vez mais se coloca a relação entre destino anatômico e "papel da mulher". Este é um dos pontos cruciais que ganham contorno mais definido na noção de feminilidade.

A construção teórica de uma pulsão sexualmente indefinida e da disposição bissexual do indivíduo rompe com algumas noções pré-estabelecidas socialmente. Ele lembra que os indivíduos, em resultado de sua disposição bissexual e de herança cruzada, combinam em si características tanto femininas como masculinas. No entanto, ao mesmo tempo que se coloca um questionamento em torno da noção de feminino e masculino se opera uma lógica normativa, outros destinos que não os previstos são entendidos como desviantes.

Ademais, a correlação entre a anatomia, o desenvolvimento ontogenético da sexualidade e a posição social da mulher impulsiona a teoria para um caminho conservador. "Não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor" (Freud, 1924, p. 286).

Diversas análises feministas da teoria freudiana já foram realizadas. Uma das mais clássicas críticas feministas foi a reinterpretação da teoria de Freud em torno da superioridade do pênis e inferioridade feminina. Feministas, Psicanalistas como Juliet Mitchell e Bleichmar, apontaram para o fato de que tal fenômeno não estava atrelado à diferença sexual, presença ou ausência do pênis, mas à desigualdade social organizada em torno dela. Tal crítica foi de grande importância não apenas por apontar um elemento pouco explorado na formulação teórica de Freud, como por propiciar uma abertura para novas interpretações e formulações.

A leitura crítica da psicanálise realizada no presente trabalho propõe um olhar que alcance o raciocínio da teoria freudiana e abranja suas complexidades e contradições. Acredita-se que entrando em contato com as etapas de desenvolvimento da teoria, imergindo em sua construção, seja possível fomentar um pensamento crítico mais profícuo. Existem camadas mais superficiais e mais profundas na elaboração da teoria sobre a feminilidade.

Para além da lógica da denúncia, a leitura crítica reparadora, tal qual conceituada por Sedwick (2003), tem como proposta provocar dissonâncias a partir de novas formas de interagir com as contingências históricas. Dessa forma, produz-se uma dinâmica que coloca em jogo diferentes formas de conhecer, concebendo diferentes experiências vividas, ao entrevermos a possibilidade daquilo que poderia

ter sido diferente e de que maneira a psicanálise poderia lidar com a consequência do patriarcado para os indivíduos.

No tópico a seguir, investigaremos a continuidade da construção teórica e o salto dado dos estudos da sexualidade infantil para a noção de feminilidade.

3.4 Feminilidade e o pensamento sobre a mulher

A conceituação da feminilidade em Freud é resultado direto dos achados nos estudos da sexualidade infantil. Seu artigo *Sexualidade Feminina* se inicia com a premissa de que: "Há muito tempo, afinal de contas, já abandonamos qualquer expectativa quanto a um paralelismo nítido entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino" (Freud, 1931, p. 234). Depois de formular a teoria da bissexualidade, concebendo que os indivíduos mesclam aspectos tanto femininos quanto masculinos, seguiu sua investigação sobre aqueles aspectos que julgou "mais complicados" no desenvolvimento da menina.

Freud se questionou de que maneira se daria a transição de zona erógena e de objeto e, principalmente, qual é a relação entre as duas mudanças. Surge a partir disso um aspecto antes ainda não investigado devido à falta de informações suficientes: a história pré-edipiana na menina. Há um ponto bastante relevante nesta articulação que se trata de debruçar-se sobre a relação da menina com a mãe e ampliar o estudo do complexo de Édipo para a relação da criança com ambos os genitores. Aqui, Freud postula que a relação da menina com a mãe foi extremamente subestimada até certo ponto da teoria.

A nova perspectiva provoca grandes mudanças. Passa-se a considerar que tal relação tem grande influência na etiologia da histeria. É neste artigo que Freud começa a criar hipóteses sobre como ocorre tal fenômeno, algumas das quais se encontra, associadas à sexualidade infantil de modo mais geral: "O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva (...), não tem na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa e, principalmente por isso, está condenado a acabar em desapontamento" (Freud, 1931, p. 239).

Considera-se que o afastamento da mãe possa ser ocasionado por uma junção de fatores e não necessariamente um fator exclusivo:

> [...] que ela falhou em fornecer à menina o único ou órgão genital correto, que não a amamentou o suficiente, que a compeliu a partilhar o amor da mãe com outros, que nunca atendeu as expectativas de amor da menina, e, finalmente, que primeiro despertou sua atividade sexual e depois a proibiu. (Freud, 1931, p. 242).

Por um tempo, suas conclusões permanecem indefinidas e em aberto. Supõe que a característica de uma forte ambivalência deste vínculo se torna responsável pelo afastamento. Interrogando-se sobre quais seriam as exigências da menina dirigidas a mãe, nesta primeira fase, quando há uma ligação intensa, Freud chega a conclusões que fortalecem seu argumento sobre uma parcela de atividade e passividade em ambos os sexos: "A atividade sexual bastante surpreendente de meninas em relação a mãe manifesta-se cronologicamente em inclinações orais, sádicas e por fim, até fálicas, dirigidas no sentido desta" (Freud, 1931, p. 245).

Utiliza-se do exemplo do brincar da menina com a boneca, pois representaria uma prova da exclusividade da ligação com a mãe e negligência do objeto paterno. O brincar, de modo geral, possui representação da atividade quando empregado para dominar o mundo exterior e suplementar uma experiência passiva: a criança transforma então a mãe em objeto e se relaciona com ela como sujeito ativo. A grande conclusão a que Freud chega em *Sexualidade Feminina* (1931) diz respeito à existência na menina dos mesmos impulsos ativos que no menino.

Ainda que Freud já houvesse apontado para o fenômeno da "masculinidade infantil" vivida pela menina nos artigos anteriores (*A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924) e *Algumas consequências psíquicas sobre a diferença anatômica entre os sexos* (1925)), há um aprofundamento através da investigação da história pré-edípica na menina. Somente através destas conclusões levanta-se a hipótese de que os impulsos ativos na menina, devido a fatores biológicos, em dado momento, começam a seguir uma tendência passiva. Freud mantém, porém, em aberto a questão esperando que algum dia a bioquímica revele "uma substância cuja presença produza uma excitação sexual masculina e outra substância que produza uma feminina" (Freud, 1931, p. 248).

Entretanto, ele reconhece que esta é uma esperança tão ingênua quanto aquela que julgava possível "isolar os diferentes fatores excitantes da histeria, da neurose obsessiva, da melancolia, e assim por diante" (Freud, 1931, p. 248). Para encerrar seu posicionamento a respeito de tal divisão, Freud apresenta uma

consideração fundamental para a psicologia, segundo a qual a pergunta sobre se existe uma ou duas substâncias sexualmente excitantes se torna indiferente. A psicanálise concebe uma única libido e esta pode ter fins ativos ou passivos.

Neste ponto específico, percebe-se mais nitidamente a demarcação de um aspecto psíquico que funciona sob outra lógica, diferente dos aspectos biológicos e, por isso, que não pode ser dimensionada por tais critérios. Freud esclarece que seu interesse está em compreender o funcionamento da libido tanto em aspectos da masculinidade como da feminilidade que possuem elementos mistos, tanto ativos como passivos. Isso não significa que Freud considere os elementos bioquímicos irrelevantes; ele apenas ressalta que não é possível e nem do seu interesse compartimentalizar a influência bioquímica da influência libidinal.

No desenvolvimento do seu pensamento, após teorizar sobre os elementos ativos da feminilidade, Freud considerou ainda que algo escapava do entendimento. A transmutação dos fins ativos da libido para fins passivos, categorizada como multifatorial, ainda não estaria esclarecida. Portanto, a feminilidade é categorizada enquanto enigma. Em conferência, dialogando com seus interlocutores a respeito da distinção entre homem e mulher, ele diz: “os senhores estão habituados a fazer essa distinção com certeza total. A ciência anatômica compartilha dessa certeza dos senhores num ponto, não mais que isto” (Freud, 1933, p. 114).

Na citação acima, o ponto a que se refere é: o espermatozoide e o órgão que o abriga são masculinos, enquanto o óvulo e o organismo que o abriga são femininos. Neste aspecto, a anatomia também reconhece uma distinção total. Porém, isto muda quando engloba outros aspectos do organismo dos indivíduos. Contrariando as expectativas, a ciência aponta que partes do aparelho sexual masculino também existem no feminino, mas de forma atrofiada. Além dos órgãos análogos, Freud afirma que haveria uma mistura de características secundárias femininas e masculinas que podem existir em maior ou menor proporção nos indivíduos e possuem flutuações muito amplas:

> [...] em nenhum indivíduo masculino ou feminino de conformação normal faltam vestígios de aparelho do sexo oposto que persistiram sem nenhuma função como órgãos rudimentares ou que se modificaram para tomar a seu encargo outras funções. (Freud, 1905, 134)

Por essa perspectiva, considera-se que a anatomia também possui uma *disposição bissexual* que no processo de desenvolvimento vai se transformando em uma monossexualidade. De fato, existem órgãos homólogos entre indivíduos do sexo feminino e masculino. As características secundárias podem flutuar, mas tal flutuação só ocorre apenas até certo ponto, o que nos mostra que dentro da faixa de variabilidade existem fatores imutáveis. Os órgãos homólogos embora venham da mesma estrutura embrionária, vão se diferenciar em certo ponto da gestação, tornando organismo de homens e mulheres, distintos.

O que Freud destaca, entretanto, é a transposição da concepção da vida anatômica para a vida psíquica. Afirma que "estamos habituados a empregar 'masculino' e 'feminino' também como qualidades mentais, e da mesma forma temos transferido a noção de bissexualidade para a vida mental" (Freud, 1931, p. 115). Ele quer dizer que há uma percepção do comportamento humano julgado a partir dos mesmos critérios anatômicos. Indaga, dessa maneira, sobre a associação entre masculino/ativo e feminino/passivo. Em sua concepção, essa narrativa, de modo errôneo, reduz a vida mental à anatomia a partir de algo que se referiria apenas ao funcionamento dos organismos no momento do coito.

Freud se refere a célula sexual masculina que é ativa e se move até o óvulo, imóvel e passivo. Ele esclarece que o ocorre na vida mental dos indivíduos não é da ordem da anatomia. Chama atenção de que esse prisma também é reducionista quando se nota a vida de outras classes de animais em que fêmeas são ativas e agressivas ou em que machos são responsáveis pelos filhotes. Ele questiona, inclusive, essa correlação feita na própria espécie humana mencionando que mulheres também são capazes de atividade em diversos âmbitos.

Com isso, Freud aponta que os homens, por sua vez, também precisam de uma adaptabilidade passiva para conseguirem viver entre os seus pares. Consegue reconhecer, igualmente, o fato de que a repressão da agressividade é imposta socialmente às mulheres. A questão oriunda dessa reflexão é bastante importante para a construção da noção de feminilidade. Freud vai dizer que a diferença entre homens e mulheres está no fato de que as mulheres, entrando na feminilidade regular, são impelidas a uma situação passiva, seus impulsos ativos são empregados para fins passivos.

Avaliemos melhor este ponto: por este lado a teoria apresenta facetas contraditórias. Freud atesta que não se pode subestimar a influência dos costumes

sociais no processo de constituição psíquica da mulher. Muitos dos artigos, tanto aqueles desenvolvidos antes como depois parecem ir na contramão de sua observação. Em *Dissolução do Complexo de Édipo* (1924) e *Algumas consequências da distinção anatômica entre os sexos* (1925), conforme já citado, ele expressa opiniões bastante contrárias ao feminismo e à crítica social do movimento.

Voltemos aos argumentos de Freud, cujos trechos já foram citados. Ele questiona a reivindicação por direitos iguais, pois a distinção morfológica, de qualquer forma, segundo ele, encontraria expressão na constituição psíquica. A visão feminista é tratada por Freud como uma negação destas consequências e por isso "não nos leva muito longe". Independente das divergências possíveis sobre tais "consequências" da distinção morfológica é um fato que as lutas feministas não estavam negando a diferença sexual e que neste ponto a percepção de Freud em relação ao feminismo se torna limitada.

Nota-se que há um desconhecimento do discurso feminista bastante compatível com a forma fatalista de enxergar o destino das mulheres, pois ignora as raízes da desigualdade de cunho social. O trabalho intelectual das feministas, ao buscarem entender a condição de opressão das mulheres, desnaturalizou tais condições, ou seja, ofereceu perspectiva de transformação social. Utilizar tais ferramentas não diz respeito apenas ao reconhecimento dos efeitos da opressão para as mulheres, mas também a um olhar mais crítico sobre misoginia.

Na investigação sobre sexualidade feminina, Freud acreditou que "os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres (...) todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego" (Freud, 1924, p. 286). Freud acredita ter encontrado em seus estudos uma evidência que corrobora com as ideias já conhecidas sobre as mulheres, que são incapazes de construir juízo como os homens.

Sua constatação acerca da influência dos costumes sociais aos poucos dá lugar a uma posição firmemente conservadora que, de modo inevitável, acaba por negar as raízes sociais das questões que investigava. Retornando para a sua indagação sobre a diferença entre mulheres e homens, sua linha de raciocínio questionava a atribuição de passividade ao feminino e atividade ao masculino. No que diz respeito à questão atividade/passividade, as mulheres também são capazes de atividade, mas seriam inclinadas a fins passivos.

Freud se mantém a visão de que feminilidade não é sinônimo de passividade, porém a característica psicológica da feminilidade, segundo ele, é justamente dar preferência a fins passivos. Já vimos no tópico anterior, com base nos estudos sobre a sexualidade infantil, quais seriam as especificidades do desenvolvimento sexual para a menina e o que Freud considerava uma dificuldade adicional: a mudança de zona erógena e de objeto. Vimos também como ele desenvolveu, em *Sexualidade Feminina (1931)*, novas descobertas em relação a história pré-edípica da menina.

Em *Feminilidade* (1933), dando continuidade à investigação, Freud descreveu a forma segundo a qual a feminilidade se desenvolve na menina. Considerou que diante da castração, a mulher teria três linhas possíveis de desenvolvimento: uma que leva à inibição sexual ou à neurose, a segunda que consiste em uma modificação do caráter através do complexo de masculinidade e a terceira que seria a feminilidade normal. As três linhas de desenvolvimento são atravessadas pelo complexo de castração. Conforme citado no tópico anterior, é a partir do reconhecimento do pênis como órgão superior e da condição de castrada que a menina é introduzida a novas etapas no seu processo de maturação sexual.

Percebe-se que na construção freudiana a dita inveja do pênis exerce um papel fundamental capaz de influenciar de modo profundo os desdobramentos sexuais e a vida psíquica da mulher. Na primeira linha de desenvolvimento, neurose ou inibição, Freud diz que:

> [...] devido a influência da inveja do pênis, ela perde o prazer que obtinha da sua sexualidade fálica. Seu amor-próprio é modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino e, em consequência, renuncia à satisfação masturbatória derivada do clitóris, repudia seu amor pela mãe e, ao mesmo tempo, não raro, reprime uma boa parte de suas inclinações sexuais no geral. (Freud, p. 126, 1933)

Na linha seguinte a reação da menina ao contato com a diferença anatômica, o complexo de masculinidade seria uma resposta de rejeição à castração, pois a menina exageraria em sua masculinidade prévia. Segundo Freud, em essência, neste processo há um impedimento da afluência da passividade rumo à feminilidade. A expressão máxima do complexo de masculinidade estaria na escolha de um objeto

homossexual que para Freud não é uma consequência direta da masculinidade infantil:

> Mesmo para uma menina nessas condições, parece necessário que ela deva tomar o pai como objeto por algum tempo e ingressar na situação edipiana. Depois, contudo em consequência do inevitável desapontamento com o pai, é forçada a regressar ao seu complexo de masculinidade anterior. (Freud, 1933, p. 129).

A situação feminina normal implicaria no predomínio dos instintos passivos. Conforme já abordado no tópico anterior, o surgimento desses instintos aparece com o afastamento da mãe. Adentrando um pouco mais nesse fenômeno, Freud acrescenta que há o desejo por um pênis que se transforma no desejo por um pênis-bebê. Afirma, no entanto, que esse processo não é linear e pode nunca se concretizar totalmente. Acredita que na vida da mulher alternam-se períodos entre uma masculinidade e feminilidade manifestando a disposição bissexual. Parte disto é o que representa para Freud o enigma da feminilidade.

A feminilidade regular madura, segundo Freud, tem suas peculiaridades. Chamamos atenção em especial para a forma como a feminilidade madura é por ele descrita. Alguns dos pontos de destaque atribuídos à mulher são: uma maior quantidade de narcisismo que afeta a escolha objetal, uma vez que há uma necessidade maior em ser amada do que amar; a vaidade física como forma de compensação a "inferioridade sexual original"; a vergonha como reação à "deficiência" sexual. Tais modificações de caráter acarretariam diversas consequências para a vida da mulher enquanto esposa e mãe.

Importante lembrar que a feminilidade regular normal está atrelada ao casamento e à maternidade, mas devido ao desenvolvimento difícil da mulher ambas as experiências sofreriam entraves. "A hostilidade que ficou para trás segue na trilha da vinculação positiva e se alastra ao novo objeto. O marido da mulher, herdado por ela, do pai, após algum tempo se torna também herdeiro da mãe" (Freud, 1933, p. 132). Em relação à maternidade, existiria a possibilidade de tal transformação fazer a mulher reviver sua fase de identificação com a mãe. Ela só conseguiria se livrar da ambivalência através do nascimento de um filho pelo qual obteria a satisfação perfeita.

Quanto ao tema da situação analítica, Freud julga que a mulher em sua maturidade apresenta uma grande rigidez, diferente do homem, que possui uma plasticidade psíquica muito maior. Kehl (2016) identifica uma contradição importante neste ponto. Freud aponta frequentemente para o caráter inacabado da feminilidade devido ao seu suposto narcisismo e infantilidade; ao mesmo tempo, considera a chegada a feminilidade como um enrijecimento precoce da personalidade.

A partir do momento em que a libido toma posições definitivas: "Não há vias para mais desenvolvimento, é como se todo o processo já tivesse decorrido (...), é como se todo o processo já tivesse efetuado seu percurso (...)" (Freud, 1933, p. 132). Kehl (2016) entende que a deserotização da mãe e da esposa era tomada por Freud como consequência inevitável do percurso de subjetivação feminino. Da mesma forma, não se questiona a ausência das alternativas sublimatórias para as mulheres.

Ainda que no percurso de toda a sua construção teórica Freud tenha apontado muitas vezes para atravessamentos sociais da subjetividade feminina, pode-se considerar que esta perspectiva da teoria permaneceu subdesenvolvida, em parte, devido a uma resistência do psicanalista às críticas feministas. Parece que a ausência de tal perspectiva levou a teoria para outros rumos. Nos tópicos dos capítulos seguintes, pretende-se, através das ferramentas analíticas de que o feminismo dispõe, apresentar outras narrativas sobre a noção de feminilidade.

Em um dos artigos mais importantes sobre o tema, Freud (1933) afirma que o que ele quis demonstrar em seu trabalho sobre as mulheres diz respeito à sua natureza na medida em que é determinada por sua função sexual. Em sua percepção, essa influência se estende muito longe. Ele diz: "não desprezamos, todavia, o fato de que uma mulher possa ser uma criatura humana também em outros aspectos." (Freud, 1933, p. 134). Importante notar que sua teoria corresponde a um recorte bastante específico. A perspectiva feminista, em contrapartida, não teoriza apenas sobre este ponto específico, porém aborda aspectos mais amplos da mulher enquanto ser social e político.

Espera-se que a abordagem feminista da discussão, inserindo outros elementos, possa oferecer diferentes possibilidades interpretativas quanto à natureza da mulher, sua sexualidade e a feminilidade. A construção teórica de Freud acerca da feminilidade é cheia de contradições, uma teoria atravessada por

inovações e conservadorismos. Ao final de *Feminilidade* (1933), o artigo que foi exclusivamente dedicado ao tema, ele afirma que: “se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas e mais bem articuladas” (Freud, 1933, p. 134).

Campos (2021) traz uma interessante observação sobre esta fala: sabe-se que a audiência para a qual Freud falava era muito mais masculina do que feminina; aceitando a premissa, traz uma provocação, a de que não esperemos a ciência ou indaguemos aos poetas, mas levantemos tais questões através de teóricas feministas, ou seja, das próprias mulheres enquanto sujeitos da discussão e enquanto quem possui não apenas conhecimento teórico e a vivência das experiências discutidas (Campos, 2021).

4

O problema da feminilidade da teoria feminista

No presente capítulo, procura-se abordar o tema da feminilidade na teoria feminista com o objetivo de elucidar e desenvolver as críticas apresentadas nos capítulos anteriores. O uso da teoria feminista para destrinchá-las se afigura como uma resolução possível para a "dialética da história das mulheres", já citada anteriormente, que implica na contradição entre a experiência histórica das mulheres e sua exclusão da interpretação dessa experiência.

Sabe-se que o processo histórico de estruturação do patriarcado, tal qual relatado no primeiro capítulo, na seção "corpo feminino e misoginia", corresponde a uma construção milenar. A profundidade e durabilidade de tal construção nas relações sociais, bem como a exclusão das mulheres da produção dos grandes sistemas de símbolos, tem como consequência uma naturalização poderosa da opressão deste grupo. A historiadora Gerda Lerner (2019) nos mostra que quando a humanidade deu um salto na capacidade de criar elaborações mentais e dar significado da própria existência as mulheres estavam em tal condição de desvantagem que foram postas à margem deste processo.

Um dos marcos desta transição situa-se historicamente na criação da escrita na Mesopotâmia em 3100 a.C. e, antes disso, a criação de símbolos numéricos. Lerner aponta que tais sistemas surgem no decurso das atividades comerciais e passam a se concentrar nos templos e cortes onde as elites detinham controle sobre o sistema de símbolos. Segundo a autora, o próprio sistema de classes baseou-se na condição preexistente da dominação masculina. O ápice da desvalorização simbólica da mulher, segundo a autora, ocorreu com o desenvolvimento do monoteísmo:

> A fonte de criatividade, então, era o Deus invisível e inefável. Ele criou o homem e a mulher de forma significativamente diferente, com base em materiais diferentes, embora ambos tenham ganhado a vida pelo seu sopro divino. Ele fez pacto e contrato apenas com os homens. Apenas homens podiam fazer a mediação entre Deus e os humanos. (Lerner, 2013, p. 247).

O mito da procriação e da criação monoteísta estabelece que “a benção dada por Deus à semente do homem que seria plantada no receptáculo passivo do ventre da mulher definiu de forma simbólica as relações de gênero no patriarcado” (Lerner, 2019, p. 247). O pensamento do homem enquanto criador perpassou diversos sistemas posteriores mais complexos dos quais a mulher foi excluída ou esteve na condição de objeto de conhecimento, o que não significa que estiveram passivas diante da própria opressão.

A opção pela análise conceitual neste trabalho tem como finalidade, justamente, imergir nas etapas de construção do pensamento sobre a feminilidade, entender os percalços de Freud, os caminhos que o levaram a determinada formulação, sua relação seja de divergência ou convergência com os saberes estabelecidos, bem como oferecer um contraponto, a partir de uma outro campo conceitual, crítico a ideologia patriarcal. Compreende-se que a ausência de uma perspectiva feminista do pensamento e a herança de uma cultura patriarcal afeta a estruturação do saber em diversos níveis. Nossa investigação em torno dos conceitos procurou mapeá-los.

A filósofa feminista Marilyn Frye (1983), em seu ensaio *The Politics of Reality*, afirma que um dos grandes poderes do feminismo é tornar a experiência de vida das mulheres inteligíveis. A autora pontua que não se trata de apresentar fatos, porém suscitar outras formas de conceber e interpretar os fenômenos a partir da experiência das mulheres. A teoria feminista vem buscar o entendimento e a consciência das forças de subordinação e a maneira como ela atua, para “revelar a mecânica de sua aplicação em mulheres como um grupo e em mulheres individualmente. A medida do sucesso da teoria é simplesmente o quanto ela torna compreensível algo que antes, era incompreensível” (Frye, 1983, p.11).

Na tentativa de elucidar algumas engrenagens do funcionamento da opressão, Frye (1983) chama atenção para aquilo que chama de “falismo”. Ela afirma que aos olhos de qualquer criatura humana em particular, apenas alguns dos outros seres vivos que são humanos são considerados como participantes plenos da espécie, enquanto outros são considerados menos ou parcialmente humanos. As mulheres, para os falistas, situam-se nesta categoria de menos humanas. Em seu

ensaio, a autora destrincha os efeitos sociais do falismo e da presunção da inferioridade feminina e o que chama de manipulação das circunstâncias:

> Não se pode, por exemplo, manifestar certos tipos de inteligência em interações com pessoas que tenham convicção prévia de sua estupidez (...). Não se pode manifestar sensibilidade ou discrição em interações com alguém que é desconfiado e se recusa a compartilhar informações relevantes. (Frye, 1983, p. 53)

A situação à qual Frye se refere está diretamente ligada a uma rigidez, a uma negação autoenganosa de que as mulheres são pessoas completas. O resultado disto, segundo a autora, implica um banimento conceitual, ou seja, que a concepção das mulheres enquanto pessoas completas acabe por não se encaixar no esquema conceitual, assim como suas objeções. Tomando como ponto de partida essa problemática, considera-se que a análise sobre a vida e a experiência das mulheres sob uma perspectiva patriarcal tenderá, inevitavelmente, a uma versão desumanizante que busca se auto justificar através da moralidade, pois, de acordo com Frye (1983), a exclusão das mulheres da comunidade conceitual também se dá no campo moral.

Neste trabalho, a proposta de adentrar mais profundamente no campo ideológico tem como objetivo observar as implicações materiais de tais construções. Não se deve perder de vista o que é discutido em termos do modo como o pensamento se materializa em opressão em diversos níveis. Neste capítulo, portanto, será analisada a construção da feminilidade em seus sentidos políticos, compreendendo que, enquanto produto da ideologia patriarcal, a feminilidade cumpre uma função, a saber: manter as mulheres como grupo subordinado.

Por uma perspectiva feminista, compreende-se a feminilidade enquanto o produto cultural advindo do patriarcado e atribuído a mulheres com o objetivo de mantê-las, enquanto grupo, subordinadas. Tal produto foi se formando através de um processo histórico que data de cerca de cinco mil anos. Em sua investigação histórica acerca do surgimento do patriarcado, Lerner (2019) mapeou as principais metáforas e representações sobre a mulher na civilização ocidental, sustentáculos para a sua dominação, sendo elas: a desvalorização simbólica da mulher diante da

divindade masculina e a ideia fornecida pela filosofia aristotélica das mulheres enquanto seres incompletos e defeituosos, uma categoria totalmente diferente dos homens.

A autora esclarece que o patriarcado não foi um evento, mas um processo que se desdobrou em um espaço de tempo de quase 2.500 anos e aconteceu em distintas sociedades em ritmos diferentes (Lerber, 2019). Considerando o estudo da civilização mesopotâmica, a autora afirma:

> (...) não estou, com base no estudo de uma região, tentando propor uma teoria geral sobre o surgimento do patriarcado (...). A hipótese teórica que apresento para a civilização ocidental vai precisar ser testada e comparada com outras culturas quanto à aplicabilidade geral. (Lerner, 2019, p. 36-37)

A historiadora ressalta que, além de explorar e comparar evidências, é necessário abrir mão da explicação baseada em uma causa única. Ela aponta que a maioria das explicações causais sobre o surgimento do patriarcado tendem a escamotear complexidades deste fenômeno. Ressalta que mudanças tão complexas ocorrem a partir de uma interação de forças: “Mesmo na limitada região geográfica do Antigo Oriente Próximo, deve ter havido diversas maneiras pelas quais ocorreu a transição para o patriarcado” (Lerner, 2019, p. 67).

Sua proposta de especular sobre o surgimento do patriarcado também significa especular sobre outra possibilidade de futuro. A apurada teorização da autora acerca desta transição, já exposta no primeiro capítulo deste trabalho, procurou apresentar o fenômeno de modo mais realista: não linear, atravessado por forças diferentes, com diversos desdobramentos em períodos históricos e sociedades distintas. Pode-se considerar, portanto, que generalizações acerca das evidências históricas quando não passadas por um rigoroso estudo podem gerar confusões e conclusões precipitadas.

Duas situações relatadas por Lerner, por exemplo, dizem respeito a sociedades onde existiam mulheres pertencentes às elites, possuindo alto status e posições relevantes, ou sociedades em que divindades femininas ainda eram reverenciadas. Uma leitura precipitada poderia supor que tais sociedades estariam

livres de uma hierarquia sexual o que não é verdade. Por essa razão, é necessário estabelecer critérios precisos em relação àquilo que caracteriza os mecanismos de opressão patriarcal. Além dos distintos processos históricos que sociedades sofreram na transição para o sistema patriarcal, deve-se considerar que o patriarcado se estruturou paralelamente ao racismo e, posteriormente, sociedades de classes estabelecidas a partir do sistema capitalista.

Levando este quadro em consideração, pode-se identificar aspectos mais gerais da opressão patriarcal, seja em sua extensão cultural e geográfica, seja em sua extensão temporal, no que diz respeito à feminilidade. São as características predominantes atribuídas às mulheres pela cultura patriarcal. Existe um outro grupo, representado por atributos variáveis, correspondentes às circunstâncias históricas, e podemos mapear uma terceira categoria formada pelas intersecções de estruturas de opressão. A relação entre patriarcado, racismo e capitalismo produz versões dos estereótipos de feminilidade diferentes para distintos grupos de mulheres, embora exista sempre um traço comum fundado na opressão de base sexual.

É necessário, portanto, além de avaliar o contexto histórico, adentrar no conceito de opressão. O que significa dizer que mulheres são oprimidas? Frye (1983), em seu ensaio *Politics of Reality* chama atenção para a importância desta palavra para nomear a condição das mulheres na sociedade. Segundo a autora, esta palavra é impactante, perigosa e demanda ser examinada com mais clareza, pois tem sido ameaçada e despolitizada. Na tentativa de conceituá-la de forma mais precisa, Frye procura fazer uma distinção do que define a experiência do oprimido de outras condições que podem se confundir com a opressão.

A autora afirma que a opressão imputa ao indivíduo punição, censura e privação. Estes mecanismos encerram o indivíduo em uma gaiola onde fica sujeito a barreiras intransponíveis, no interior das quais “só se pode arriscar escolher a forma e o ritmo preferido da aniquilação” (Frye, 1983, p. 16). Tal experiência implica um enclausuramento no qual o indivíduo se vê sem saída: “se trabalham fora de casa ou não, se dependem de auxílio do governo ou não, se tem filhos ou não, se criam filhos ou não, se se casam ou não, se continuam casadas ou não, se são heterossexuais ou não (...)” (Frye, 1983, p. 17).

Frye (1983) ressalta a importância de uma análise ampla dos mecanismos de opressão, pois apenas dessa forma é possível compreender as engrenagens da gaiola e porque o pássaro não vai a lugar algum. Através da metáfora da gaiola, ela procura transmitir a noção da opressão enquanto conjunto de mecanismos sistemáticos que podem dificultar, quando olhados de forma míope, a submissão do grupo oprimido. Frye (1983) também elenca que quando um grupo oprimido é geográfica e demograficamente disperso, há uma dificuldade maior de construção da noção de pertencimento.

Outro fator elencado pela autora como critério de análise diz respeito a condições diferentes de sofrimento. Ela aponta que seres humanos, em maior ou menor grau podem sofrer limitações, frustrações, privação e sofrimento. Enquanto espécie social, comportamentos humanos são estruturados por algo além de tendências individuais. Isto não pode se confundir com a experiência do oprimido. A autora atenta para a diluição do termo opressão quando um indivíduo que não vivencia esses mecanismos reivindica que seu sofrimento individual o torna oprimido socialmente.

Há ainda uma segunda situação em que as barreiras e limitações construídas para oprimir um determinado grupo são referidas como opressoras para membros fora do grupo oprimido. Frye (1983) se utiliza de alguns exemplos para fazer uma diferenciação: parte da premissa de que as barreiras de forças econômicas e sociais que separam grupos de indivíduos podem ser sentidas de maneira dolorosa por membros de ambos os grupos; porém, significam coisas diferentes para cada um: “podem representar confinamento para um e liberdade e alargamento de oportunidades para outro” (Frye, 1983, p. 24).

Frye cita os aspectos da feminilidade que são exigidos das mulheres em seu processo de socialização e as barreiras criadas por eles. Um homem poderia sentir-se limitado por não poder exercer um trabalho de cuidado que é tradicionalmente ocupado por mulheres; entretanto, se isso ocorre desta maneira é porque a economia é dominada globalmente por homens. Os trabalhos de menor status são considerados trabalhos de mulher e tal barreira protege o status do homem enquanto superior.

O trabalho de cuidado é apenas um exemplo daquilo que separa o "universo feminino" do masculino. Poderíamos falar também do fato de homens serem socializados para não expressarem "fraqueza". Esse ponto também é destrinchado por Beauvoir em *O Segundo Sexo,* no capítulo "Infância", mas suas ideias serão apresentadas no tópico seguinte. Por ora, seguiremos com Frye (1983). A autora questiona a máxima de que homens não podem chorar e acrescenta que homens não podem chorar na frente de outros homens. Ela aponta para o fato de que esse comportamento acaba sendo recompensado por outros homens.

Manter um comportamento "durão" e "forte" são maneiras, dentro do processo de socialização masculina, de mostrar-se como membro de uma classe superior: são comportamentos que os beneficiam enquanto classe em relação às mulheres. Frye (1983) faz, ainda, uma comparação desta situação com a contenção física que é exigida das mulheres, uma vez que a conformidade das mulheres a tais exigências não leva a aceitação, porém trata-se de uma norma para submissão. Os questionamentos desenvolvidos pela autora foram também trabalhados por outras feministas que procuraram compreender aa feminilidade à luz dos mecanismos de opressão.

Nos próximos tópicos, percorreremos a perspectiva feminista a respeito da feminilidade avaliando sua relação com a realidade da opressão, uma vez que sua construção é instrumentalizada para este fim. Analisaremos, inicialmente, a teoria de Beauvoir a respeito da feminilidade e a maneira como se dão os processos de socialização feminina desde a infância. Posteriormente, serão apresentadas as implicações da intersecção entre as diferentes formas de opressão e o modo como a feminilidade opera para grupos de mulheres que vivenciam não apenas a misoginia, porém, outros tipos de opressão.

Neste caso, estas formações não existem apenas como uma soma de opressões que tendem a criar mais limitações e barreiras na vida de uma mulher, porém, trata-se de representações específicas, criando diferentes versões da expectativa social da feminilidade para mulheres. Portanto, serão apresentadas as variações da feminilidade quando atravessadas pelas estruturas de raça e classe. Por fim, será destrinchada a relação entre feminilidade e violência, partindo do

pressuposto de que, um dos componentes centrais da feminilidade está fundado na reação a opressão.

4.1. Não se nasce mulher, torna-se: a construção da feminilidade na infância

Simone de Beauvoir (1979), em sua obra *O Segundo Sexo*, afirmou que:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1979, p. 9)

Este trecho situa-se na abertura do capítulo "Infância" do livro, onde Beauvoir apresenta aspectos basilares da socialização feminina desde os primeiros anos de vida da menina. Sua descrição oferece um importante contraponto à teoria freudiana sobre a sexualidade infantil. Enquanto Freud afirmou que "anatomia é destino" (Freud, 1924, p. 197), Beauvoir ([1949]1967), no decorrer do capítulo, demonstra por etapas a razão pela qual aquilo que Freud considerou um "destino" para mulheres foi, na realidade, elaborado socialmente.

Antes de iniciarmos essa exposição, é preciso lembrar o que pontuou Frye (1983) sobre as barreiras opressoras na vida das mulheres. São diversas as barreiras que limitam a vida das mulheres e as confinam no grupo subordinado. Os estereótipos sexuais existem; porém, nenhuma mulher será uma reprodução exata dos ditames culturais da feminilidade. Em primeiro lugar, pois mulheres possuem experiências de vida diferentes nas quais estão envolvidos aspectos de sua individualidade. Outra questão extremamente importante diz respeito ao fato de que muitas mulheres são impactadas em maior grau pelas estruturas de classe e de raça. É necessário, portanto, uma leitura crítica e contextualizada das obras feministas.

Embora a obra de Beauvoir seja muito abrangente e abarque ao menos parcialmente a experiência de muitas mulheres, existem muitos pontos do livro que

estão mais centralizados na experiência de opressão da mulher branca no continente europeu. Veremos, no tópico posterior, tal problemática levantada por autoras negras cujo olhar descentraliza tal experiência e insere na discussão uma perspectiva questionadora quanto a uma suposta universalidade da experiência de opressão às mulheres.

Ao apresentar a socialização da menina em paralelo a socialização do menino, Beauvoir elucida a maneira como se estrutura o processo de diferenciação sexual nas crianças dentro de um sistema de hierarquia sexual. Há um momento no processo do desenvolvimento em que as expectativas sociais atreladas ao sexo entram em cena de forma mais forte e os atributos da feminilidade e da masculinidade começam a se apresentar e a serem internalizados pela criança. Inicialmente, a criança não pode apreender-se como diferenciada sexualmente enquanto existe para si. O recém-nascido estaria ainda "mergulhado no seio do todo" (Beauvoir, [1949]1967, p. 10).

A autora alega que no processo de crescimento, em que a criança tenta negar a separação e passa pela angústia do abandono, a menina, assim como afirmou Frye (1983), pode parecer mais privilegiada do que o menino. Ao menino é negado o sofrimento, o choro; porém, isto ocorre pois há algo de muito importante que o futuro lhe reserva. No cuidado com o menino, as cuidadoras referem-se, frequentemente, ao pênis com apelidos e a valorização do pênis do menino pelo meio, aos poucos, vai gerando a construção de um alter ego, de um duplo (Beauvoir, [1949]1967).

O desenvolvimento da menina ocorre de forma diferente: suas partes genitais não são reverenciadas, mas isso não significa que de imediato a menina sinta a ausência do pênis como uma falha: "Seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade" (Beauvoir, [1949]1967, p. 14). Esse é o ponto de bifurcação principal entre a teoria freudiana e a perspectiva feminista de Beauvoir: ela considera que a menina, ao ver o órgão masculino, pode até possuir alguma curiosidade, mas não cria inveja sexual nem é atingida por sua ausência.

A visão do órgão para a autora só poderia provocar uma experiência traumática caso viesse acompanhada de uma série de outras experiências. Neste sentido, a descoberta da diferença anatômica se transforma na racionalização de uma necessidade (Beauvoir, [1949]1967). Todas as crianças procurariam escapar de alguma forma e compensar a angústia de separação e do desmame: o menino possui um alter ego através do qual assume sua subjetividade, enquanto a menina recebe uma boneca. A diferença, segundo Beauvoir está no fato de que enquanto o menino assume-se sujeito através do pênis, a menina aprenderá a se fazer objeto (Beauvoir, [1949]1967). Beauvoir afirma: "A menina embala sua boneca, enfeita-a como aspira ser enfeitada e embalada (...) ela descobre o sentido da palavra bonita e feia desde cedo" (Beauvoir, [1949]1967, p. 20). A menina aprende a alienar-se em sua socialização.

Novamente, sobre este tópico, a autora faz uma distinção interessante que será ecoada no argumento de Frye (1983) sobre a diferença entre sofrimento e opressão: Beauvoir ressalta que os meninos também têm a experiência de ser para o outro em dado momento, quando é posta á prova sua virilidade, mas isso não anula sua experiência do ser para si.

A hierarquia sexual se apresentará para a menina na dinâmica familiar e todo o resto contribui para reforçá-la. A literatura, a cultura, a religião ocidental com o Deus pai criador, todas as construções culturais em torno da exaltação do homem. Disto decorre a necessidade da menina de ser amada por um homem. Ela é orientada para a passividade. A autoridade paterna torna-se algo mais distante para a menina enquanto a materna é sentida de forma mais próxima. Essa relação é bastante complexa, a mãe pode adorar a criança, mas ser hostil ao mesmo tempo, impor a ela o próprio destino. A menina é para mãe um duplo e uma outra (Beauvoir, [1949]1967).

A puberdade e a menstruação desencadeiam novas angústias na menina. Se meninos e meninas na adolescência enfrentam transformações e sentem diversos incômodos relacionados ao corpo, a diferença na situação da menina refere-se à forma como seu corpo é significado socialmente. O ideal da passividade nos devaneios da menina mostra a realidade da objetificação do corpo. Sua relação com seu próprio corpo torna-se cada vez mais estranha, uma vez que precisa moldar-se

à condição de posse do outro. Para a menina, o tornar-se mulher significa um confinamento ainda maior nos limites da feminilidade (Beauvoir, [1949]1967).

A obra de Beauvoir, por estar em um contexto histórico e cultural próximo da obra freudiana, é um interessante contraponto a esta. A autora oferece argumentos contundentes, críticos à teoria da primazia do pênis. Beauvoir expõe a maneira como a socialização feminina e masculina ocorre no contexto patriarcal, permeado por aspectos comuns às mulheres e aspectos específicos de seu contexto social e cultural.

É necessário lembrar, porém, que, em se tratando de feminilidade e hegemonia, a questão racial toma um lugar de grande importância bem como a sexualidade. Podemos dizer que a Feminilidade com "F" maiúsculo, enquanto imposição patriarcal sobre o ser-mulher é, sobretudo, articulado pelo ideal da branquitude e pela heterossexualidade. No próximo tópico, a partir da produção intelectual de mulheres negras e lésbicas, serão abordados tais aspectos.

4.2. Feminilidade, raça e classe: perspectiva interseccional

Na esteira destas produções, faz-se necessário um enfoque nas intelectuais feministas que vão apontar a forma como o patriarcado se manifesta de diferentes modos na vida das mulheres, de acordo com determinadas condições de raça, classe, etnia e orientação sexual. A feminilidade institucionalizada em sociedades patriarcais ocidentais corresponde a um ideal relativo à mulher branca. Tais ideias emergiram no seio da Europa do século XIX e seu projeto estético expandiu-se nas sociedades pós-coloniais. A construção simbólica desta feminilidade baseia-se também em ideologias racistas e tornou-se um medidor de "mulheridade" e da humanidade das mulheres. No decorrer do tempo, este ideal sofre algumas transformações para adaptar-se.

Lerner (2019) e Federici (2017), em suas investigações históricas, demonstram a conexão entre patriarcado, racismo e capitalismo. A pesquisa de Federici (2017) concentra-se no período que vai do século XV ao XVII. A obra *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva* (2017) realiza uma

análise do fenômeno da caça às bruxas na Europa que resultou na execução de centenas de milhares de mulheres e foi uma espécie de acontecimento preparador, na Europa, para o colonialismo. O período estudado pela autora mostra como tais estruturas se retroalimentam.

Embora possamos considerar que o patriarcado esteve presente em distintas épocas, desenvolvendo-se de forma não linear e em diferentes sociedades, nenhum formato de patriarcado teve a influência e extensão similar à do patriarcado europeu pelo mundo. Federici (2017) demonstra como a reformulação do trabalho produtivo e reprodutivo na Europa, fundada na divisão sexual do trabalho, se deu de modo gradual e com massiva intervenção estatal.

A autora defende que a domesticação das mulheres no continente Europeu só ocorreu devido a um intenso processo de degradação social no decorrer dos séculos. Conforme citado no primeiro capítulo, o ataque e extermínio em massa, a apropriação do trabalho e saberes femininos, assim como a criminalização do conhecimento e do controle reprodutivo que as mulheres detinham, constituíam o caminho para o objetivo final de subjugação e controle da classe sexual feminina. Este ponto é fundamental para não se perder de vista que feminilidade está para muito além de um produto cultural e estético.

A construção da imagem da mulher enquanto inferior ao homem, irracional, incapaz de governar teve uma função específica na Europa dentro da sociedade de classes: “a feminilidade foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico” (Federici, 2017, p. 31). No que diz respeito à colonização e à escravidão, Federici (2017) ressalta que o capitalismo se desenvolve a partir da acumulação primitiva gerada através da escravização e dacolonização em grande escala. Além disto, europeus disseminaram e instituíram sua ideologia misógina aos povos colonizados.

Federici (2017) afirma: “Tudo mudou com a chegada dos espanhóis, que trouxeram sua bagagem de crenças misóginas e reestruturaram a economia e o poder político em favor dos homens” (Federici, 2017, p. 401). Colocado este pano de fundo histórico, introduz-se a importância da perspectiva crítica à centralização do movimento feminista na experiência de mulheres brancas europeias. O feminismo, na medida em que se pretende um movimento de mulheres e não apenas de mulheres brancas, necessita de instrumentos analíticos e metodológicos

questionadores das categorias de classe e raça. Posteriormente, essas ferramentas seriam desenvolvidas em torno do conceito de interseccionalidade.

Desde os primórdios do feminismo estas críticas são realizadas, mas é durante a dita terceira onda que a formulação do conceito consegue dar maior amplitude e alcance às análises. As ideias das feministas antes e após o surgimento da "interseccionalidade" serão apresentadas neste tópico. O impacto de tais críticas não diz respeito apenas à análise da opressão, porém, ao próprio funcionamento do movimento.

Audre Lorde, escritora, poeta, mulher negra e lésbica, foi uma importante intelectual estadunidense de segunda onda feminista. Em diversas obras, a autora apresenta questões quanto a intersecções de opressão e a posição de mulheres marginalizadas no movimento. Ela criticou feministas brancas e burguesas por centralizarem no movimento seus valores. Em *Sister Outsider* (ref), Lorde aborda a experiência de ser sempre o outro, de ser a "Irmã Estrangeira" no movimento.

Em outro trabalho designado *The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House* (1984), Lorde já apontava bases importantes para um pensamento interseccional:

> Lutar meramente pela tolerância com relação à diferença entre mulheres é o reformismo mais grosseiro. É uma negação total da função criativa que a diferença tem em nossas vidas. A diferença não deve ser meramente tolerada, mas vista como a base de polaridades necessárias entre as quais nossa criatividade pode faiscar como uma dialética. Somente aí é que a necessidade pela interdependência torna-se não-ameaçadora. Somente nessa interdependência de forças diferentes, reconhecidas e equiparadas, pode ser gerado o poder de buscar novas formas de estar sendo no mundo, bem como a coragem e a sustância para agir quando não há permissões. (Lorde, [1984]2012, p. 1)

Embora esta produção tenha sido construída anteriormente à emergência da ideia de interseccionalidade, o trabalho de Lorde é um exemplo importante do significado politizado deste conceito. Pode-se dizer que há uma distorção do termo que aloca o pensamento interseccional enquanto um tipo de feminismo. Esta leitura acaba por ser contraditória, pois recairia sobre a mesma situação que Lorde (1984) critica: a legitimação de um feminismo hegemônico e excludente coexistindo com

outros “tipos de feminismo”. Na realidade, a interseccionalidade propõe justamente uma descentralização e uma transformação do feminismo hegemônico.

O apontamento contundente de Lorde (1984) expõe contradições e reproduções das estruturas dentro do movimento e aponta para o fato de que a reprodução de uma estrutura racista e elitista se interpõe ao objetivo feminista de libertação das mulheres enquanto classe. Os estudos interseccionais não vêm apenas desvelar questões relativas à práxis feminista, mas evidenciar os atravessamentos fundantes da feminilidade na situação de mulheres impactadas por opressões além da opressão misógina, como veremos a seguir.

Em *Mulher, Raça e Classe* (1981), a filósofa Angela Davis descreveu o modo como a ideologia da feminilidade popularizou-se na sociedade americana através de revistas e romances e de que forma recaiu de modo particular sobre mulheres negras. A propaganda vigente da época associava a mulher à mãe e dona de casa e as representações sociais a colocavam como totalmente distante do mundo do trabalho produtivo. Este contexto reforçava a cisão entre economia doméstica e pública.

A condição à qual mulheres negras estavam submetidas era diferente devido à intersecção entre opressão sexual e racial. Davis (1981) descreve que as atividades laborais impostas às mulheres escravizadas tornavam-se um tabu para a ideologia de feminilidade da época. No intuito de preservar a ideologia, era atribuído às mulheres negras o estigma da animalização colocadas em uma categoria de não-mulher. A face racista dos padrões de feminilidade apontada por Angela Davis expressou-se na fala da abolicionista americana Sojourner Truth, em seu memorável discurso de 1851:

> Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?

No Brasil, a forma de intersecção entre racismo e sexismo se entrelaça de outro modo devido a especificidades do processo histórico brasileiro. Lélia Gonzalez (1983), em "Racismo e sexismo na cultura brasileira" se utiliza de uma perspectiva psicanalítica para analisar a cultura brasileira. A autora faz uma crítica aos modelos pré-estabelecidos pelas ciências sociais que tendem a invisibilizar a questão do racismo e sexismo na cultura brasileira: "Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava e ficará sempre um resto que desafiava as explicações" (Gonzales, 2020, p. 68).

A autora aponta este resto como algo sintomático da neurose cultural e do racismo velado brasileiro, assentado no mito da democracia racial. Esse resto não dito é o que fica oculto no discurso que Gonzales critica. A autora aponta três representações sociais associadas às mulheres negras como produto da dominação colonial: a mulata, a doméstica e a mãe preta:

> (...) na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (Gonzales, 2020, p. 48).

Gonzales apresenta que tais representações, a mulata hiperssexualizada e a doméstica, se juntam na figura da mucama:

> Acontece que a mucama "permitida", a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. (...) Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam "lidar com o público"? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em "boa aparência"? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é "natural" que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (Gonzales, 2020, p. 74)

Em sua obra, Gonzales (2020) relatou que em participação em um evento feminista observou muitas falas sobre a condição do operariado e da exploração da mulher, porém, seu discurso sobre discriminação racial foi tomado como "emocional" e até mesmo revanchista. Gonzales chama atenção para o fato de que este tipo de discurso esconde a tentativa de ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca.

A ferramenta da interseccionalidade, posteriormente conceituada por Kimberlé Crenshaw (2022), se apresentou como uma sofisticada ferramenta, utilizada pela primeira vez para mostrar em tribunal como diferentes formas de opressão se entrecruzam. Importante observar as formações relacionadas a feminilidade quando atravessadas por raça e classe. Percebe-se que não se trata apenas de uma soma de fatores, mas de uma intersecção que produz diferentes estereótipos e categorias desumanizantes. Além da influência do racismo, a feminilidade nos moldes patriarcais está fundamentada no pilar da heterossexualidade compulsória. No tópico seguinte será destrinchado de que maneira estão articulados.

4.3 Patriarcado e existência lésbica

Assim como a feminilidade se disseminou através de um ideal eurocêntrico, também se constituiu fundada na noção de heterossexualidade. Frye (1983), em seu estudo sobre sexismo, vai apontar como o comportamento dos indivíduos é moldado para que aspectos culturais e sociais atribuídos a diferença sexual pareçam naturais. Para isso, é necessário que a identificação sexual seja reiterada repetidamente: ela não deve parecer um artefato cultural e precisa aparentar imutabilidade. Além da repetição que vai desde roupas até a postura corporal, uma das características é a não ambiguidade: a diferença precisa estar demarcada de modo enfático. A ambiguidade pode ser lida como homossexualidade e a cultura sexista a proíbe, pois interferiria em um de seus pilares, ou seja, a heterossexualidade obrigatória.

Rich (1993), através da noção de “heterossexualidade compulsória” realiza uma importante análise de como o apagamento da existência lésbica na história está profundamente conectado com a opressão das mulheres. A autora descreveu de que modo a lesbofobia se alimenta da ideologia patriarcal. Ela demonstra que a marginalização de mulheres lésbicas se encontra lado a lado com os métodos de controle da sexualidade feminina e afeta a todas as mulheres enquanto grupo. Para mulheres lésbicas, a violência e rejeição são utilizadas na medida em que são percebidas como ameaça ao sistema patriarcal.

Assim como Davis (1981) pôde demonstrar a conexão entre os estereótipos de feminilidade de mulheres brancas e o racismo e misoginia sofrido por mulheres negras, Rich (1993) apresenta a conexão entre lesbofobia e misoginia pelo fio da heterossexualidade compulsória. Raymond (1986), em seu ensaio sobre a amizade feminina, utiliza-se do conceito de “heterorrealidade” para analisar a cosmovisão dominante da heterossexualidade como instituição. Trata-se da realidade na qual a mulher deve existir em relação ao homem e consequentemente são deslegitimadas relações de qualquer natureza entre mulheres.

A violência direcionada a mulheres lésbicas, bem como o controle sexual sobre todas as mulheres, envolve um pilar importante da opressão das mulheres enquanto classe. Brownmiller (2023), em seu livro *Contra a Nossa Vontade*, desenvolve um importante trabalho relacionado ao controle das mulheres por meio da violência sexual. A autora faz uma crítica aos grandes teóricos das ciências sociais e humanas que insistem em não se debruçarem a respeito do tema. Pontua que diversos autores ao longo da história permaneceram estranhamente calados em relação ao assunto. Em uma análise histórica das leis relacionadas ao estupro desde os primeiros sistemas jurídicos da civilização, a autora identifica o estupro como a arma mais elementar do homem contra a mulher e um fenômeno que possui uma história. Este tópico é de grande relevância pois está profundamente conectado com a construção da feminilidade.

4.4 Feminilidade e a psicologia do oprimido

Graham (2021) realiza uma análise semelhante a Brownmiller (2023). A autora retoma a questão da violência para analisar criticamente o fenômeno da

feminilidade. O estudo da pesquisadora aponta que certos aspectos específicos da feminilidade não representam apenas uma construção social, mas também sinalizam uma reação à violência da opressão. Esta reação pode ser comparada à de qualquer grupo ou indivíduo em uma situação de violência direta ou indireta. Graham detectou similaridades entre a psicologia da mulher e outros grupos oprimidos.

A autora afirma que os menos poderosos, por necessidade, procuram uma influência indireta para protegerem-se, porém existe também um fator específico da opressão às mulheres que diz respeito ao caráter sexual de sua opressão. Graham (2021) escreve:

> O fato de a inclusão no grupo mulher se basear em características anatômicas faz com que a opressão das mulheres se traduza em violência sexual, obsessão com as mulheres enquanto objetos sexuais e relações sexuais (compulsórias) entre homens e mulheres que realçam a dominação das mulheres pelos homens. Assim como o termo feminilidade tem sido utilizado idealmente pela cultura masculina para se referir aos comportamentos (submissos) das mulheres e como, diferentemente do que pode acontecer com outros grupos oprimidos, a opressão das mulheres tem caráter sexual, o conceito de feminilidade é impregnado de conotações sexuais que não costumam aparecer nos conceitos de opressão (Graham, 2021, 224).

Graham (1994) apontou que milhares de estudos científicos já foram realizados com o objetivo de provar que a feminilidade é determinada geneticamente, Freud foi uma exceção, pois duvidou de sua inevitabilidade. Em muitos momentos de sua elaboração teórica, identificou que existia algo para além do anatômico e apontou tanto nos estudos sobre a histeria como nos textos sobre a feminilidade algo relacionado a condição de opressão das mulheres.

O paralelo da feminilidade com a psicologia do oprimido engloba tanto aspectos mais gerais como aqueles relacionados a experiência da violência exclusivamente da mulher. Brownmiller (2023), escreve que a lei do estupro entrou pela porta dos fundos. A autora relata que, nas antigas leis babilônicas o crime de estupro consistia em uma espécie de negócio. “A antiga lei escrita era um pacto

solene entre os homens de posse e visava a proteção de seus interesses." (Brownmiller, 2023, p. 29). Não poderia ser diferente, uma vez que, os patriarcas da antiguidade que formaram os primeiros tratados, haviam forjado o poder masculino através do estupro.

Ela demonstra que o estupro só começou a se configurar enquanto crime a integridade a mulher séculos depois. Antes não existia a concepção de consentimento, pois mulheres não tinham direito à integridade corporal. "Quando Deus entregou as tábuas de pedra a Moisés, no topo do Monte Sinai, Não Estuprarás, não estava entre os Dez Mandamentos, mas Moisés recebeu um mandamento que condenava adultério." (Brownmiller, 2023, p. 30).

A relação entre feminilidade e opressão pode facilitar o entendimento sobre o ciclo da violência doméstica e de determinados comportamentos paradoxais de mulheres que vivenciam a violência como por exemplo, uma reação contrária a qualquer coisa que ameace a estrutura de dominação masculina. Estes aspectos do comportamento feminino são destrinchados de modo a expor e a ligação entre fenômenos aparentemente não relacionados.

Conclusão

A discussão entre psicanálise e feminismo em torno do tema da feminilidade revela que há um vasto campo de conhecimento a ser investigado e revisto na teoria freudiana. Faz-se necessário questionar a razão da mistificação em torno do tema do feminino e da feminilidade. A manutenção do mesmo no lugar inalcançável e obscuro, impede que se aprofunde a discussão e que se busque avançar em seu estudo. Reconhece-se que tanto a psicanálise como o feminismo são saberes questionadores dos valores e pensamento de sua época. A análise histórica de cada campo permitiu traçar um paralelo crítico de modo a evitar sobreposições e destrinchar aspectos principais de seus constructos teóricos.

A pergunta de Freud a respeito de como a mulher se forma foi um ponto de partida importante para diversos outros desdobramentos da teoria. Nota-se que a construção da teoria psicanalítica de modo geral pôde questionar valores culturais e saberes de seu contexto histórico de origem. A descoberta de um corpo pulsional para além do corpo orgânico, o questionamento da sexualidade para além da função reprodutiva, o olhar crítico sobre a moral sexual da época foram pontos de cisão com as normas culturais. Encontra-se nos escritos sobre feminilidade, igualmente, apontamentos em torno do que é caracterizado “masculino” e “feminino”. Freud questionou àquilo que aparentemente estava definido.

Parece haver, porém, um limite, uma impossibilidade de conceber indagações levantadas acerca da feminilidade por mulheres que foram suas contemporâneas. Observa-se, frequentemente, o coexistir de aspectos progressistas com aspectos conservadores na teoria. Vê-se que, em algumas passagens, há uma oposição de Freud em relação ao movimento feminista, rechaçando as reivindicações de igualdade de direitos: “a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico”. (1924, p. 197).

A apresentação do Caso Dora demonstra algo semelhante, pois percebe-se que a questão do consentimento é algo incompreendido. Em alguns momentos da obra freudiana, a naturalização da opressão parece se colocar a ponto de não ser possível vislumbrar algo diferente. Simultaneamente, a construção teórica sobre feminilidade também se deu em uma tentativa de escrever a respeito das

especificidades da menina e da mulher e isto possui valor para o corpo teórico psicanalítico, pois existe uma tentativa de ir além de uma visão androcêntrica.

Freud esperava que, futuramente, informações mais profundas surgissem acerca do assunto: “se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas e mais bem articuladas” (FREUD, 1933, p. 134). Conforme descrito por Frye (1983), um dos grandes poderes do feminismo é tornar a experiência de vida das mulheres inteligível. Lerner (2019), diz que, para fugir do pensamento patriarcal é necessário ser cética quanto aos sistemas já estabelecidos.

Quando propomos trazer teoria feminista e evidenciar aspectos sociais e políticos da feminilidade, tem-se como objetivo a construção de um estudo interdisciplinar e acessar conteúdos que, dificilmente, poderiam ser identificados por um saber que não fosse crítico a situação das mulheres na sociedade. Freud realizou ao longo de sua obra diversos apontamentos sobre as injustiças vividas por mulheres, mas há algo que permanece não investigado.

As teorias feministas aqui citadas tentaram elucidar o fenômeno da opressão e quais são os sistemas envolvidos nela. A importância deste tipo de questão está em investigar àquilo que parece natural ou inevitável. A teoria da feminilidade como produto histórico, social e cultural, apresentada no último capítulo, é um contraponto a ideia de um destino anatômico.

Referências Bibliográficas

AABY, P. Engels and Women. **Critique of Antropology**, vol. 3, n° 9-10, 1978, pp. 25-53. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0308275X7800300902

BADINTER, E. **Émilie, Émilie**: A ambição feminina no século XVIII. Tradução: Celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial, [1983]2003.

BARBOSA, K. G. & MENDONÇA, C. M. "I am done": violência sexual, testemunho e reparação em 'Hysterical Girl'. **Logos**, 28(3), 2022, p. 107. Disponível em: *https://doi.org/10.12957/logos.2021.62594*

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1949]1960.

BLEICHMAR, E. **O Feminismo Espontâneo da Histeria**: estudo dos transtornos narcisistas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1988.

CAMPOS, T. B. **Psicanálise, Maternidade e Normatividade**: uma leitura crítica da feminilidade e maternidade na teoria freudiana. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CRENSHAW, K. **On intersectionality:** Essential Writings. New York: New Press, 2022.

DARWIN, C. **The Decent of Men**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, [1871]1981.

DAVID-MÉNARD, M. **A histérica entre Freud e Lacan**: corpo e linguagem em psicanálise. São Paulo: Escuta, 2000.

DE GOUGES, O. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (2020). **Revista Translatio**, Porto Alegre, n°17, Junho, p. 182-189, [1791]2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/issue/view/3535

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREUD, S. **Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Um caso de histeria. Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **"Gradiva" de Jensen e outros trabalhos (1906-1908).** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**,** Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **Totem e Tabu e outros trabalhos (1913-1914)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1921)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicanalíticas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

_____. **O Ego, o Id e Outros trabalhos (1923-1925**). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O Futuro de uma ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Novas Conferências Introdutórias e outros trabalhos (1932-1936)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. & BREUER, J. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar. In: FREUD, S. **Estudos sobre a Histeria (1893-1895)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. II, p. 39-53. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Estudos sobre a histeria: casos clínicos. In: FREUD, S. **Estudos sobre a Histeria (1893-1895).** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. II, p. 57-161. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRYE, M. **The Politics of Reality:** Essays in Feminist Theory. London: Crossing Press, 1983.

GARCIA-ROZA, L. A. (2009). **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1994]2009.

GEDDES, P. & THOMSON, J. **The Evolution of Sex**. London: Walter Scot, 1889.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, L. E. **Amar para sobreviver:** Mulheres e a Síndrome de Estocolmo Social. São Paulo: Cassandra, 2021.

GRUBBA, L. S. & MONTEIRO, K. F. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, 8(2), 2017, p. 261-278. Disponível em: https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v8i2.563

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, Vol. 14, No. 3 (Autumn, 1988), pp. 575-599.

KEHL, M. **Deslocamentos do Feminino**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1966]1998.

LAFLEUR, I. (1975). Adelheid Popp and Working-Class Feminism in Austria. **Frontiers: A Journal of Women Studies**, 1(1), 86–105, 1975. Disponível em: *https://doi.org/10.2307/3346419*

LAERNER, C. (1981). **Enemies of God**. The Witch-Hunt in Scotland. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado:** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **The Elementary Structures of Kinship**. Boston: Beacon Press, [1949]1969.

LORDE, A. As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa grande.

_____. **Irmã Outsider.** Ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MACDONALD, M. **Mystical Bedlam**: Madness, Anxiety and Healing in Seventeenth Century England. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MARTINS, A. S. & MOREIRA, L. S. A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise: por uma leitura reparadora através das atas da Sociedade das Quartas-feiras. In: A. Parente & L. Silveira (Orgs.). **Freud e o Patriarcado** São Paulo: Hedra, 2020. Pp. 85-114.

MAUDSLEY, H. **Sex in mind and in education**. Syracuse, N.Y.: C.W. Bardeen, 1884. Disponível em: https://nrs.lib.harvard.edu/urn-3:fhcl:133791

MEILLASSOUX, C. **Mulheres, Celeiros e Capitais**. Porto: Afrontamento, 1976.

PEREIRA, M. E. C. C'est toujours La même chose: Charcot e a descrição do Grande Ataque Histérico. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 2(3), 1999, pp.159-165. Disponível em: *https://doi.org/10.1590/1415-47141999003011*

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, 2010, pp. 17-44.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou Da Educação**. Tradução de Sergio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, [1762]1995.

SCHORSKE, C. E. **Viena fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, [1981]1999.

SHOWALTER, E. **The Female Malady:** Women, Madness, and English Culture, 1830-1980. Nova York: Penguin Books, 1985.

TABOADA, C. ***UM ATIVISMO (QUASE) ESQUECIDO****:* o movimento sufragista e seu impacto na política externa britânica (1914-1918). Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de Título em Bacharel de Relações

Internacionais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Porto Alegre, 2021.

WINKLER, A. **Austrian women fighting for women's rights**: The World of the Habsburgs. S.d. Disponível em: *https://www.habsburger.net/en/chapter/austrian-women-fighting-womens-rights*

WINOGRAD, M. & KLAUTAU, P. Viena, Áustria: notas sobre o contexto de emergência da psicanálise. **Tempo Psicanalítico**, 46(2), p. 197-213, 2014. Disponível em: *http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200002&lng=pt&tlng=pt*

Woman in Her Psychological Relations. (1851). **Journal of psychological medicine and mental pathology**, *4*(13), p. 18–50, 1851. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5089023/pdf/jpmedmentpath68881-0021.pdf